



PROFHISTÓRIA

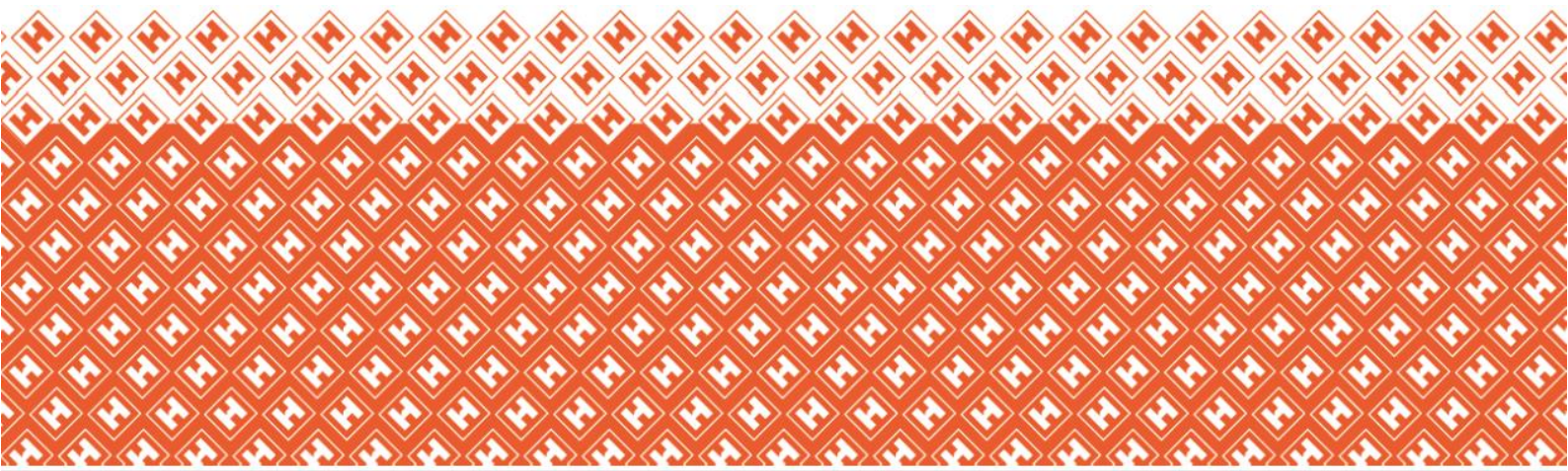
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

VINÍCIUS MACEDO PÊGAS

**A “princesa de Iguassú” em sala de aula: o uso
de memórias de Nilópolis como elemento
mobilizador dos alunos nas aulas de História
da 3ª série do Ensino Médio**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dezembro/2021



A “PRINCEZA DE IGUASSÚ” EM SALA DE AULA: O USO DE MEMÓRIAS DE NILÓPOLIS
COMO ELEMENTO MOBILIZADOR DOS ALUNOS NAS AULAS DE HISTÓRIA DA 3ª
SÉRIE DO ENSINO MÉDIO.

Vinícius Macedo Pêgas

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Ensino de
História do Instituto de História da UFRJ
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de mestre em Ensino de
História.

Orientador: Fernando Luiz Vale Castro

Rio de Janeiro

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Aprovada por:

Prof. Dr^o Fernando Luiz Vale Castro (Presidente da banca)

Prof. Dr^a Mônica Lima e Souza (Membro interno)

Prof^o. Dr^o Murilo Sebe Bon Meihy (Membro externo)

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Maria Luiza, e minha irmã, Michelle, por todo auxílio ao longo da minha trajetória escolar e agora acadêmica.

Ao menino Victor, um tesouro que trouxe mais alegria para a vida dos que o cercam. Sua presença trouxe mais leveza em muitos momentos do mestrado. Espero poder contribuir também na sua futura formação escolar e acadêmica.

Ao meu pai, Mario, e avós, Jonas e Hortensia, que apesar de não estarem mais vivos vibrariam com mais essa conquista.

À tia Diva, que se preocupou em saber sobre as etapas desta dissertação.

A minha amada Priscila, que esteve comigo em quase todo esse curso e quem mais sofreu por todas as minhas ausências em função das demandas da pesquisa. Sem a sua compreensão e dedicação ao meu trabalho, a escrita dessa dissertação certamente teria sido mais árdua do que foi. Seu companheirismo foi imprescindível.

Ao professor Fernando Castro, que em meio à tantas demandas da Universidade, se propôs a aceitar mais esse trabalho.

Aos meus alunos da educação básica, maior alvo desse estudo e a quem espero ter contribuído com meu aperfeiçoamento dentro da Universidade.

À professora Elenice, por me disponibilizar um dos livros de memória utilizados nesse trabalho.

À CAPES, por financiar esta pesquisa.

Resumo

PÊGAS, Vinícius Macedo. A “princesa de Iguassú” em sala de aula: o uso de memórias de Nilópolis como elemento mobilizador dos alunos nas aulas de História da 3ª série do Ensino Médio. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2021.

A presente dissertação analisa algumas possibilidades do uso do conceito de memória em conteúdos da 3ª série do Ensino Médio, a partir de fontes memorialísticas do município de Nilópolis, no Rio de Janeiro. Para tal, serão usados como fontes os livros *Nilópolis de Hontem e de Hoje* (1938), *Figuras e fatos de Nilópolis* (1964), *Vivência Judaica em Nilópolis* (1999) e algumas notícias de jornais da época articulada às discussões dos autores que estudaram o referido conceito. Esses três relatos de memória, produzidos em épocas distintas, tem um potencial profícuo para o ensino de História. O uso deles em sala de aula permite maior envolvimento dos alunos com as grandes narrativas presentes nos conteúdos escolares, fazendo com que eles se percebam como agentes históricos e compreendam o processo de construção de memórias próximas a eles, podendo distingui-las da narrativa historiográfica. Para professores que tem interesse em trabalhar a temática apresentada, foi desenvolvido um produto educacional na forma de guia.

Palavras-chave: Ensino de História; Memória e identidade; Produção e difusão de narrativas históricas; Cidadania e identidade social; Nilópolis.

Abstract

PÊGAS, Vinícius Macedo. The “Princesa de Iguassú” in the classroom: the use of Nilópolis memories as a mobilizing element for students in History classes in the 3rd grade of High School. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2021.

This dissertation analyzes some possibilities of using the concept of memory in contents of the 3rd grade of High School, from memorial sources in the municipality of Nilópolis, in Rio de Janeiro. For this purpose, will be used like sources the books *Nilópolis de Hontem e de Hoje* (1938), *Figuras e fatos de Nilópolis* (1964), *Vivência Judaica em Nilópolis* (1999) and some news from newspapers of the time articulated to the discussions of the authors who studied the referred concept. These three memory reports, produced at different times, have a fruitful potential for the teaching of history. Their use in the classroom allows greater involvement of students with the great narratives present in school content, making them perceive themselves as historical agents and understand the process of construction of memories near to them, distinguishing them from the historiographical narrative. For teachers who are interested in working on the theme presented, an educational product was developed in the form of a guide.

Keywords: History teaching; Memory and identity; Production and dissemination of historical narratives; Citizenship and social identity.

Lista de Imagens

Imagem 1 – Nilópolis marcado em vermelho no mapa do estado do Rio de Janeiro

Imagem 2 – Capela de São Matheus atualmente

Imagem 3 – Prospecto do loteamento da fazenda São Matheus com a delimitação dos terrenos.

Imagem 4 – Estação Engenheiro Neiva, em 1920. Reprodução da Revista *Nilopolis*

Imagem 5 – "Saudação à bandeira de Nilópolis, em solenidade ocorrida no dia 15 de maio de 1921, na Praça Paulo de Frontin, 1921. Imagem reproduzida da revista *Nilópolis*." (NOGUEIRA, 2009, p. 106)

Imagem 6 – Homenagem da revista *Nilopolis* ao Bloco Progresso, apresentando a sua diretoria, 1919. Imagem reproduzida da revista *Nilopolis*

Imagem 7 – Cerimônia de substituição do nome da estação de Engenheiro Neiva para Nilópolis, em 1º de janeiro de 1921. Fotografia anônima. Acervo Marcus Monteiro

Imagem 8 – Delmiro Juvêncio de Oliveira, falando ao autor. Foto de 1957, publicado no *A Voz dos Municípios Fluminenses*

Imagem 9 – Página 18 do jornal *Vida Doméstica*, agosto de 1921

Lista de Tabelas

Tabela 1 – produtividade e quantidade de escravizados dos engenhos da Freguesia de São João de Meriti em 1779

Tabela 2 – Profissão dos membros Bloco Progresso de Nilópolis

Tabela 3 – Alianças políticas no estado do Rio de Janeiro entre 1910-1914

Tabela 4 – Comparativo entre o número de residências e o número de habitantes de Engenheiro Neiva em 1916 e 1920

SUMÁRIO

1) Introdução	11
1.1) Objetivos gerais: "O historico de Nilopolis num livro interessante"	14
1.2) Objetivos específicos	15
1.3) Divisão dos capítulos	20
3) Capítulo 1: História e memória	22
3.1) As relações entre história e memória	22
3.2) Sobre a construção do conhecimento histórico.....	24
3.3) Sobre o conceito de memória	29
2) Capítulo 2: História de Nilópolis.....	37
2.1) Aspectos gerais	37
2.2) América portuguesa	38
2.3) Período imperial	41
2.4) Período republicano	42
2.4.1) Coronelismo e clientelismo: uma breve discussão conceitual	58
2.4.2) Nação e nacionalismo.....	72
4) Capítulo 3: Sobre o produto educacional.....	80
4.1) Contexto das aulas	80
4.2) As aulas	81
4.3) Aplicação prática	81
5) Conclusão.....	83
Referências.....	87
Artigos e livros	87
Fontes primárias	92
Documentos oficiais.....	92
Memórias.....	92

Periódicos	92
Sites.....	95
Anexo I	96

1) Introdução

A fim de situar o leitor ao longo deste texto, cabem aqui algumas considerações iniciais sobre o meu lugar de fala neste trabalho e o processo de construção do objeto de estudo.

Eu nasci e sempre morei na cidade do Rio de Janeiro, assim, minha relação com Nilópolis aconteceu via trabalho, pelo olhar de um “estrangeiro”. Minha afeição por essa cidade e algumas de suas memórias possibilitou que o município se tornasse parte do meu objeto de pesquisa.

Meu desembarque na cidade aconteceu em 2014, mas só em 2019 eu ministrei aulas para 3ª série do Ensino Médio em um colégio lá situado.

Durante uma aula, em determinado momento em que explicava as perseguições religiosas na Rússia czarista sobre os judeus, aproveitei para comentar que parte dessa comunidade imigrou para a cidade do Rio de Janeiro, mas que, devido ao alto preço dos aluguéis, uma parte dessa comunidade se mudou para Nilópolis, sobretudo os de origem polonesa. E que, inclusive, a passagem deles deixou uma sinagoga no centro do município.

Nesse momento, ouvi de uma aluna o seguinte: “Ih! Eu achava que aqui em Nilópolis não tivesse acontecido nada de importante.”

Esse contato via trabalho criou o meu *lugar social*, que segundo Certeau “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.” (CERTEAU, 2010, p.67).

A partir dessa situação, pensei em dedicar a pesquisa do mestrado ao uso didático dessa memória silenciada. No entanto, com a migração em massa dessas famílias originárias da Europa Oriental e de seus descendentes de Nilópolis para o Rio de Janeiro na década de 1990, houve um esvaziamento populacional e, conseqüentemente, de significado entre os atuais moradores com esse passado recente. Assim, seria mais interessante para a pesquisa que esse fosse um dos elementos discutidos nela, não o único.

Ao longo do levantamento das fontes, tive contato com outros ocorridos que poderiam ser explorados em sala de aula, que pudessem servir mais à vida dos alunos e pudessem ser potencialmente transformador para eles. Já que é preciso fazer um recorte das fontes, que sejam usadas as que atendam a essa premissa.

É em conformidade com propósitos dessa natureza que Nietzsche abre a sua *Segunda Consideração Intempestivada: utilidade e desvantagem da história para a vida*, com a seguinte citação de Goethe: “me é odioso tudo o que simplesmente me instrui, sem aumentar ou imediatamente vivificar a minha atividade” (GOETHE, 1798 Apud: NIETZSCHE, 2003: 5).

Nietzsche rejeita todo o conhecimento vazio em si, contrário à vida, a nossa existência, à felicidade, aos nossos sentimentos. Em suma, ele é contrário aos valores niilistas¹, por entender que eles seriam vazios. E ele estende a defesa dessas prerrogativas à história, tal como sugere o subtítulo do seu texto (“utilidade e desvantagem da história para a vida”), de forma que, possuir um conhecimento erudito sobre o passado por si só, torna a história estéril, logo niilista².

Mesmo com o acréscimo de outras memórias neste trabalho, elas ainda continuam delimitadas pelo mesmo período letivo de aplicação: a 3ª série do Ensino Médio. Apesar desse período escolar ser o foco do trabalho, outros conteúdos de outras séries também terão lugar nessa análise.

Segundo Sampaio, até o início da década de 1980, quase não havia estudos sobre municípios do interior do estado do Rio de Janeiro realizado por historiadores profissionais³. Com isso, predominavam trabalhos de memória que buscavam ou a “verdade histórica” ou celebravam os grandes feitos dos homens de sua região (SAMPAIO, 2017)

Ainda segundo Sampaio:

Esse quadro, no entanto, começou a mudar quando Ciro Cardoso e Maria Yedda Linhares criaram a linha de pesquisa em história agrária na UFF, e estimularam jovens historiadores a pesquisarem o passado de diversos municípios do interior. Esse foi o caso, por exemplo, de Sheila Faria, que estudou Campos, Hebe Mattos (Silva Jardim), Márcia Motta (São Gonçalo), João Fragoso (Paraíba do Sul), Célia Muniz (Vassouras), entre outros.⁴

¹ A palavra “niilismo” deriva do latim *nihil*, que significa “nada”. No entendimento nietzschiano são valores que acabam por reprimir a vida com excessos de metafísica, como o platonismo e o cristianismo.

² Embora ele considere que há também uma espécie de niilismo positivo, quando o homem cria valores que lhe servem a vida

³ Apesar dessa observação feita por Sampaio se referir ao interior, o mesmo se aplica à Nilópolis que, como veremos mais adiante, pertence à região metropolitana do Rio de Janeiro.

⁴ *Ibidem*.

Essas pesquisas trouxeram significativo avanço em duas frentes. Em um primeiro momento, trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos em municípios que careciam dessa análise mais profissional⁵. Esses trabalhos evitavam o localismo, buscando inserir seus objetos de investigação em contextos mais abrangentes, permitindo assim a construção de questões mais gerais acerca das transformações da sociedade brasileira.

E em um segundo momento, estudos de outras cidades que não fossem a capital cresceram muito com o aumento do número de Programas de Pós-Graduação no estado, com diferentes objetos e recortes cronológicos (embora a cidade do Rio ainda concentre a maior parte das pesquisas).

Trabalhos que discutam aspectos da história do município de Nilópolis já foram escritos por alguns pesquisadores em maior ou menor profundidade como a tese de Paula Ribeiro, em 2008, as dissertações de Luiz Anselmo Bezerra, em 2010 e de Dayse Volfzon, em 2016. Os artigos de Fernanda Capri Raposo, em 2014, e Enderson Alceu Alves Albuquerque em 2014 e 2017 ou como as teses de Andréa Telo da Côte, em 2009 (com algumas poucas referências a Nilópolis) e Luiz Anselmo Bezerra, em 2018.

Já em relação à memória do município, os trabalhos mais conhecidos são os de Ernesto Cardoso, em 1938, de Raimundo Araújo, em 1964, de Marcus Antônio Monteiro, em 2009 e de Esther London, em 1999, que focou principalmente na presença judaica no município.

Apesar da diversidade de produções, nenhum deles pretendeu articular a história ou a memória à questões ligadas à educação básica, mais especificamente em como trabalhar esses conteúdos em sala de aula relacionado-os a elementos memorialísticos nilopolitanos.

O trabalho que chegou mais próximo disso foi a dissertação de Ana Carolina da Silva Galvão Dias, em 2019, que apesar de fazer inúmeras referências a Nilópolis, a abrangência do seu estudo foi a baixada fluminense como um todo. Nesse sentido, minha pesquisa traz até certo ponto um ineditismo, pois pode abrir caminho para que outros pesquisadores tentem também fazer essas relações.

⁵ Mais adiante, discorreremos sobre o trabalho do historiador em contraponto ao do memorialista.

1.1) Objetivos gerais: "O historico de Nilopolis num livro interessante"

Quinta-feira, 26 de Maio de 1938. Quem abrisse o jornal *Diario Carioca* na seção *Noticiario* encontraria na página 4, na coluna *Noticias do Estado do Rio*, uma modesta matéria com o seguinte título: "O historico de Nilopolis num livro interessante".

A matéria tratava-se da divulgação e recomendação de leitura do primeiro livro de memórias da cidade, *Nilópolis de Hontem e de Hoje*, de 1938. Um livro que, segundo o periódico, consistiria em “um estudo dos acontecimentos políticos e sociaes”⁶.

Apesar da minha intenção não ser somente levar a história de Nilópolis para sala de aula, o título dessa seção sintetiza, sobretudo, o modo que desejo atingir um dos objetivos gerais: mobilizar os alunos para o estudo das grandes narrativas da disciplina escolar com base em algumas memórias do próprio município, em “livros interessantes” para usarmos as palavras de L. da S., o autor do texto jornalístico.

Esse trabalho parte da seguinte questão: de que forma as memórias do município de Nilópolis podem ser usadas como elementos de mobilização de alunos da 3ª série do Ensino Médio nas aulas de história do referido município?

Compartilhando do mesmo entendimento que Monteiro e Penna (2012), considero o ensino de história como “lugar de fronteira”⁷. Isso significa a utilização de uma perspectiva de análise que pense dois campos de investigação: a educação e a história, de forma integrada, com seus respectivos autores, objetos de estudo e conceitos próprios de suas áreas. Podendo assim, a partir do reconhecimento das suas diferenças, estabelecer discussões proíficas a partir da articulação entre essas duas áreas. No caso deste trabalho isso acontecerá a partir do uso do conceito historiográfico de memória, utilizando-o a serviço do ensino de história.

Em seu artigo dedicado a esse assunto, os autores chamam a atenção que “para realizar suas explicações, os docentes realizam, muito frequentemente, um movimento para relacionar os fatos estudados com *a realidade dos alunos*. Como fazem isso? Por que fazem isso?” (MONTEIRO e PENNA, 2012, p. 193)

Meu segundo objetivo diz respeito à própria operação do conceito de memória: Propor meios para que alunos da 3ª série do Ensino Médio da rede estadual de ensino no município

⁶ *Ibidem*.

⁷ Expressão utilizada em analogia à geopolítica.

de Nilópolis diferencie história de memória a partir da compreensão de alguns dos seus conceitos correlatos (lugar de memória, vontade de memória, enquadramento da memória, memória compartilhada, memória por tabela) e dos elementos constitutivos de uma narrativa historiográfica em uma aula de história a partir de algumas memórias da sua própria cidade.

O grande desafio de trabalhos que discutem conceitos históricos em sala de aula, como este, é o de transformar um saber, a princípio, acadêmico em conhecimento escolar. Como fazer essa transposição didática, ou seja, tornar inteligível para os alunos, em um primeiro momento o conceito de memória para aí discutir as produções de memória do seu município?

Para isso, criei um produto educacional visando o professor, mas que também possa ser utilizado pelo aluno. A ideia foi criar um guia com uma proposta de utilização do conceito de memória no ensino de história para alunos da 3ª série do Ensino Médio.

1.2) Objetivos específicos

Com base nesses objetivos mais gerais, pensemos em alguns enfoques mais específicos:

Uma vez discutida a relação do conteúdo programático da 3ª série com ocorridos do seu município, o aluno pode entender como se desenrolam os processos de sincronia e diacronia a partir do seu município. Sincronia significa “ao mesmo tempo”, enquanto que diacronia significa “através do tempo”.

Esses dois conceitos foram muito explorados por Ferdinand Saussure na área da linguística, mas eles também são muito aplicados na análise histórica, sobretudo por Edward Thompson.

Segundo o autor:

(...) a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas” (THOMPSON, 2001, p. 243).

Ou seja, enquanto que o primeiro analisa o contexto, as articulações que o objeto de estudo do historiador faz com o seu tempo e alguns anos anteriores, quando do seu surgimento, o segundo analisa o processo, ou seja, o historiador estabelece um recorte temporal mais abrangente para pensar nas primeiras manifestações do seu objeto em outras épocas.

É o caso, por exemplo, da migração judaica para Nilópolis. Quando observarmos alguns acontecimentos desde o século XIX (liberdade religiosa para os cristãos novos concedido pelo artigo XII do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, em 1810, e confirmado pela constituição em 1824) entendemos o motivo das emigrações judaicas da Europa para o Rio de Janeiro.

E no século XX, o aumento do preço dos alugueis na Praça Onze, local tradicional de ocupação judaica do Rio de Janeiro, permitiu a vinda de judeus para Nilópolis. Isso aconteceu sobretudo pela existência da estação ferroviária no local. Somado a isso, a escalada do nazismo aumentou esse fluxo migratório, que levou ao estabelecimento de uma comunidade judaica naquele município durante algumas décadas.

Da mesma forma, outros fenômenos político-sociais ocorridos em Nilópolis só adquirem significado quando examinados dentro de uma linha do tempo mais ampla, ou seja, quando podem ser pensados diacronicamente.

Nesse sentido, as contribuições de Fernand Braudel nos ajudam a pensar essa linha do tempo mais ampla. O autor cria três tipologias de duração do tempo histórico: o de curta, o de média e o de longa duração, três camadas temporais que, quando articuladas, lançam luz para melhor compreensão de um fato histórico.

O de curta duração ou evento (história *événementielle*) tem uma duração mais pontual, pois são da ordem do cotidiano. É o tempo em que trabalham os jornalistas e os cronistas. Tomemos como exemplo uma matéria do *Jornal do Brasil* de 25 de fevereiro de 2009, no caderno “Carnaval 2009”:

Quinta escola a desfilarm e, diga-se de passagem, a mais aguardada, a Beija-Flor só faltou fazer chover na Sapucaí. Mas de um banho nas outras concorrentes do primeiro dia de avenida – nada mais adequado para o enredo no *chuveiro da alegria, quem banha o corpo lava a alma na folia*. Ao fim da apresentação impecável, a escola de Nilópolis estava muito próxima de confirmar-se como a maior campeã da era Sambódromo, com seis títulos nos últimos sete anos. Resta, agora, às agremiações que desfilam hoje a árdua tarefa de reverter a situação. Difícil, muito difícil. O melhor de tudo é que, este ano, a Beija-Flor não vendeu o enredo para patrocinadores. Mesmo assim, a escola gastou pesado; cerca de 7 milhões. Valeu cada centavo.⁸

⁸ *Jornal do Brasil*, 25 de fevereiro de 2009, p. 6.

Se um leitor ocasional tivesse contato com esse cenário dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro nesse momento, algumas informações chamariam a sua atenção: o valor gasto pela Beija-Flor para fazer a sua apresentação, os elogios recebidos nesse dia de desfile e o histórico recente de títulos.

Esse fatores demonstram que a Beija-Flor, naquele momento, já era uma potência carnavalesca, como ainda é até os dias hoje⁹. Mas será que a agremiação chegou a esse patamar somente com o esforço e competência dos seus funcionários? Mais a seguir retornaremos a essa questão.

O segundo extrato de tempo é o de média duração ou conjuntura. É um tempo mais abrangente que o anterior, que duraria algumas décadas, talvez até mais de meio século, de acordo com o objeto definido pelo historiador.

Por fim, o de longa duração ou estrutura é um tempo muito mais longo, marcado pela estabilidade dos componentes sociais, políticos e econômicos que a integram. Esses aspectos atravessam gerações. Suas mudanças são muito lentas, apesar disso, elas ocorrem.

Quando Braudel cria esses três níveis temporais, foi em resposta às críticas que a história sofria enquanto ciência desde o final da década de 1940 por Claude Lévi-Strauss, mas que ganhou maior contundência em 1958, com a publicação do seu livro *Antropologia Estrutural*. (RODRIGUES, 2009)

Para o antropólogo, a antropologia ou “estruturalismo” é uma metodologia em que os costumes das sociedades são analisados dentro de uma estrutura maior, mais abrangente, que permita estudar elementos fixos da experiência humana, atemporais. E que a análise feita pelo historiador teria um alcance muito pequeno, não permitindo encontrar as estruturas que Lévi-Strauss defendia em suas pesquisas.

No entanto, a história trabalha com a perspectiva do devir. Em 1958, Braudel, através de um artigo publicado na revista *Annales*, intitulado *História e ciências sociais: a longa duração*, reafirma as características de transitoriedade da história. Mas que ela não deveria se prender somente à história de curta duração, que é a história do tempo superficial, que vimos

⁹ Embora a Beija-Flor nesse ano tenha feito uma apresentação elogiada pela crítica, ela não se sagrou campeã, perdendo o título para o Acadêmicos do Salgueiro.

anteriormente. Para ilustrar essa relação entre os três tempos, Braudel utiliza duas metáforas: a do vaga-lume e da espuma do mar. (BURKE, 1992)

Na primeira, ele compara a luz emitida pelo inseto aos eventos, pois da mesma forma que os vaga-lumes acendem e apagam continuamente sem nunca iluminar efetivamente à noite, o fato histórico também não cria luz suficiente para esclarecer uma pesquisa histórica.

Já em relação à espuma do mar, ele compara a curta duração a ela, pois o que dita a dinâmica do mar são fenômenos mais profundos que acontecem nele, sendo a espuma um efeito superficial desses movimentos internos.

Vaga-lume ou espuma do mar, o que Braudel defendia era que o historiador, durante a sua pesquisa dialogue com extratos temporais mais abrangentes: a conjuntura e a estrutura, passando do tempo curto ao tempo longo ou médio ou ambos. E, depois, retornando ao tempo curto, reconstruindo esse trajeto. Agora voltemos ao caso da matéria da Beija-Flor, no carnaval de 2009, e a questão que levantei sobre ela.

Para encontrar respostas sobre o sucesso dessa escola de samba, o histórico recente ao da reportagem se torna ilusório para uma análise, por isso devemos voltar pelos menos 30 anos antes, à década de 1970, e analisar a conjuntura, quando da conquista do primeiro tricampeonato (1976, 1977 e 1978). Nesse período houve uma aproximação muito grande entre a escola de samba e o regime militar. Sem querer condicionar o sucesso dessa agremiação somente a esse fator, mas ressaltando que ele tem um peso importante na consolidação da escola no cenário carnavalesco.

Embora os conceitos tratados acima não sejam o cerne do nosso produto, fazer essas relações dos conteúdos escolares da 3ª série com aspectos da sua cidade pode fazer o aluno se ver como um agente social do seu processo histórico. Dessa forma, identificar na história do seu município elementos presentes nas “grandes narrativas” da 3ª série é o nosso primeiro objetivo específico. E essa aproximação acontecerá pelo uso de memórias do município.

Os outros três objetivos são em relação à aplicação de três conceitos correlatos à memória: lugar de memória, memória por tabela e enquadramento da memória. Esses três conceitos serão discutidos mais à frente, no primeiro capítulo, o dedicado à discussão do que é memória.

O segundo objetivo específico é que os alunos reconheçam o busto de Paulo de Frontin, o único do centro de Nilópolis, como um lugar de memória e as motivações em torno

da sua criação. O busto será apresentado mais à frente, no segundo capítulo dedicado à história de Nilópolis.

Por fim, o último objetivo foi relacionar a presença de um ex-cangaceiro do bando de lampião trabalhar em Nilópolis e morar próximo ao município e o que motivou a emergência dessa memória.

As construções de memória, como possuem intenções como seu principal componente, podem causar efeitos variados de acordo com os seus usos. Dessa forma, existem usos reacionários das memórias, como quando elas tentam defender regimes ditatoriais, por exemplo, como é o caso da ditadura militar brasileira. Mas elas também podem ter apropriações progressistas, que é o que farei nesse trabalho.

Discutir as memórias nilopolitanas, como a judaica (ainda que seja uma memória silenciada), lugares de memória como a capela de São Matheus ou o relato do ex-cangaceiro Delmiro Juvêncio de Oliveira conferem aos alunos uma dimensão mais próxima dos atores sociais. Faz com que os alunos se sintam que nós somos os próprios protagonistas da história e a sua cidade não está totalmente descolada das grandes narrativas, que acabam criando esse tipo de percepção nos alunos.

Para além disso, essas memórias reforçam suas identidades, na medida em que eles podem valorizar esse passado em comum. Eles podem refletir também sobre a tolerância étnica e religiosa que existiu em seu município e internalizar princípios de solidariedade.

Embora esse trabalho não discuta passados sensíveis, pelo menos não no significado tradicional dessa expressão, ele não estaria na ordem do “dever de memória” (RICOUER, 2003, p.7), mas mesmo assim, algumas dessas memórias não podem ser esquecidas pelos potenciais citados acima.

Para além desse caráter cidadão do meu trabalho, pensando em termos mais pragmáticos, ele conseguirá articular conteúdos do primeiro bimestre da 1ª série do Ensino Médio¹⁰ aos conteúdos de história em si, seja da 1ª série mesmo ou da 3ª série. Dessa forma, ao invés desse conteúdo ficar restrito somente ao primeiro bimestre da 1ª série, ele teria uma aplicação prática nos conteúdos seguintes.

¹⁰ O Currículo Mínimo, documento que estipula os conteúdos a serem trabalhados com os alunos da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), prevê “Estudo Introdutório” no primeiro bimestre do primeiro ano.

Por fim, o Exame Nacional do Ensino Médio cobrou dos candidatos questões sobre memória nos anos anteriores¹¹ em diversos períodos da história. Ao deixar esse conteúdo perdido no primeiro bimestre da 1ª série, o aluno pode ser induzido a pensar que esse conceito é meramente teórico, com um fim em si mesmo.

Esses dois últimos exemplos citados não devem ser trabalhados individualmente, pois eles por si só não têm importância a nível processual e contextual. Eles passam a adquirir importância dentro dessa narrativa criada nesse trabalho.

1.3) Divisão dos capítulos

Esta dissertação está dividida em três capítulos que compõe a discussão teórica do objetivo maior dessa pesquisa: a criação de um produto educacional, um material pedagógico voltado para professores ou alunos com caráter propositivo.

O primeiro capítulo, como já foi mencionei antes, trará a discussão do conceito de memória e de outros conceitos ligados a ela como enquadramento da memória, memória por tabela, memória social, lugar de memória, lembrança, e a diferenciação entre história e memória que, a meu ver, uma vez que os alunos entendam essa diferença, podem se criar bases para que eles entendam melhor a sua cidade e uma ideia que tem muita força atualmente: a defesa da ditadura militar.

Essa discussão acontecerá à luz dos autores clássicos que discutem esse conceito como Eric Hobsbawm, Jacques Le Goff, Joël Candau, Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Paul Ricoeur e Pierre Nora, além de alguns comentadores mais contemporâneos.

No segundo capítulo, apresentarei a história de Nilópolis de forma panorâmica, até a sua emancipação política e administrativa. Iniciando pelos dados gerais da cidade e depois seguindo a ordem cronológica. Essa apresentação mais factual se faz necessário por se tratar de um lugar desconhecido para muitos leitores.

¹¹ A partir do Novo ENEM, em 2009, esse assunto foi cobrado 13 vezes: 1ª aplicação de 2009, 1ª aplicação de 2010, 2ª aplicação de 2010, 1ª aplicação de 2011, 2ª aplicação de 2011, 1ª aplicação de 2013, 2ª aplicação de 2013, 1ª aplicação de 2014, 2ª aplicação de 2014, 1ª aplicação de 2015, 2ª aplicação de 2015, 2ª aplicação de 2016 e 1ª aplicação de 2017.

No entanto, não se trata aqui de realizar um repositório de nomes, datas e grandes feitos, mas de pensar, sempre que possível, a história de Nilópolis atrelada à história do Brasil e do mundo, mantendo a sincronia e diacronia na análise.

Nessa exposição, serão incluídos vários conteúdos da 1ª e 2ª série do Ensino Médio, como foi dito anteriormente, mas eles não estarão no produto pelo recorte utilizado serem os conteúdos da 3ª série.

Pelo surgimento do município acontecer no período republicano darei maior ênfase a ele. Apresentarei algumas fontes sobre esse período e o analisarei pela “teoria das elites”. Posteriormente, à guisa da discussão teórica sobre o coronelismo e clientelismo veremos como se estabeleceram as condições para a emancipação política Nilópolis.

Feito isso, veremos as estratégias utilizadas por aquelas elites locais para forjar uma identidade nilopolitana a partir dos conceitos de nação e nacionalismo, ferramentas úteis para pensar a independência político-administrativa de países, regiões ou cidades no que diz respeito ao conjunto de recursos mobilizados pelos governos recém-criados e a população residente. Para tal usarei as discussões de Anthony Smith, Benedict Anderson e Eric Hobsbawm.

No capítulo 3, farei uma descrição do produto educacional e as suas condições de produção e aplicação.

Ao final, encontra-se o Anexo I, com relatos de memória que podem ser usados em sala de aula. São trechos do livro Figuras e Fatos de Nilópolis (1964), de Raimundo Araújo e Vivência Judaica em Nilópolis (1999), de Esther London.

3) Capítulo 1: História e memória

3.1) As relações entre história e memória

Torna-se-lhe claro e certo que (o homem) não conhece sol algum e terra alguma, mas sempre apenas um olho que vê um sol, uma mão que toca uma terra (...) o que existe para o conhecimento, portanto o mundo inteiro, é tão somente objeto em relação ao sujeito, intuição de quem intui, numa palavra, representação (SCHOPENHAUER, 2005, p.43)

Esse trecho, com um tom um pouco poético, pertence a um dos livros mais conhecidos do filósofo prussiano Arthur Schopenhauer, publicado no início do século XIX. Nele, Schopenhauer retoma uma discussão iniciada por Immanuel Kant e que será retomada por outros estudiosos das ciências humanas acerca de como interagimos com o que está ao nosso redor. De acordo com esse fragmento, nós não conhecemos o real em si (o que Kant chamou de “númenos”, as coisas em si), mas sim o que as nossas ideias são capazes de perceber, organizar e entender dele (o que Kant chamou de “fenômenos”).

Nesse processo de compreensão do mundo, nós só conseguimos conferir inteligibilidade a ele inserindo-os nas nossas intuições (tempo e espaço) e categorias (como unidade, pluralidade, causalidade, existência, negação, realidade, entre outras). O conjunto dessas duas noções Kant chamou de *a priori*, ou seja, as maneiras inatas sobre como nós entendemos a realidade antes da experiência.

Mas analisando especificamente o tempo e o espaço, que são as categorias mais usadas pela história (sobretudo o tempo), e considerando que elas são criações humanas, categorias criadas por nós. Ao percebermos o mundo através dessas intuições nós passamos a alterar o mundo através dessa operação cognitiva. Quando pensamos em nós mesmos, no nosso passado, nós também estamos representando nós mesmos.

Dessa forma, vivemos no mundo dos fenômenos, no mundo das representações. E nos exemplos dados pelo autor, ele é enfático acerca dessas representações, considerando que, mesmo elementos da natureza presentes no nosso dia a dia como o sol e a terra na verdade não são conhecidos por nós na sua plenitude, mas percebemos esses elementos apenas como

representações, da mesma forma que tudo que nos cerca e interagimos. Schopenhauer dizia que a realidade estava coberta pelo “véu de maia”¹².

No pensamento kantiano, duas noções nos ajudam a compreender o conceito de fenômeno e o porquê da nossa inacessibilidade ao real: teleologia e esclarecimento.

O primeiro conceito refere-se a um conjunto de pensamentos predominante no século XIX. A palavra teleologia provém de duas palavras em grego: *telos*, que significa “finalidade” e *logia*, que significa “estudo”. Com isso, as perspectivas teleológicas acreditam que a história tenha um sentido, uma finalidade, que necessariamente vai em direção ao progresso.

Já o esclarecimento, debatido por ele em seu texto “Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?” é a saída do homem da sua minoridade. Ou seja, quando o homem através do exercício da razão, adquire autonomia para desvencilhar-se da tutela de um outro.

Vale destacar a diferença com uma outra noção semelhante ao esclarecimento kantiano (*aufklärung*). Na França, utiliza-se o termo “iluminismo” (*lumière*) para uma transformação que ocorre à medida que o indivíduo se dá conta da sua capacidade racional. Trata-se de uma ação mais imediata. No esclarecimento essa transformação é processual. É por isso que Kant se perguntou se a sociedade vivia em uma época esclarecida. E responde que “não”, que vivia em uma época de esclarecimento. Ou seja, esse era um processo que estava em curso (KANT, 1985).

Por conta dessa condição de gradativo esclarecimento da humanidade que os indivíduos só acessam o real através dos fenômenos.

A partir da reflexão levantada pelo autor, caberiam duas questões básicas concernentes à discussão conceitual que tecerei neste trabalho: O que é história e o que é memória? E como funciona a reflexão filosófica de Kant e Schopenhauer acerca das representações aplicadas a essas duas noções?

Presentes no nosso dia a dia, a construção de memória é comum em várias esferas da nossa vida, seja por parte do governo, seja por parte dos mais diversos grupos ou agentes sociais. Por vezes confundida com história, a memória, ou melhor, as memórias, mantêm

¹² A partir das antigas escrituras hindus “vedas” e “purana” assim o autor definiu o véu “Trata-se de MAIA, o véu da ilusão, que envolve os olhos dos mortais, deixando-lhes ver um mundo do qual não se pode falar que é nem que não é, pois se assemelha ao sonho, ou ao reflexo do sol sobre a areia tomado a distância pelo andarilho como água, ou pedaço de corda no chão que ele toma como serpente”. (*ibidem*, p.49)

relações estreitas com a primeira, podendo uma se apropriar da outra e causar confusão para as pessoas de um público mais amplo.

Se pensarmos em nomes cristalizados para certas épocas na história do Brasil como “República Velha”, “anos dourados” ou “milagre econômico”, por exemplo, é possível verificar a existência de parcialidade nessas designações, sejam elas em tentativas de enaltecimento ou de depreciação. Nesses casos é a memória cumprindo a sua função.

Já na história essas parcialidades existem e são assumidas, como será discutido mais à frente. Por isso, Pollack (1992) vê que alguns registros que ficaram marcados no passado, ora são fatos de memória, ora são de história. Desta forma:

há algumas designações, atribuídas a determinados períodos, que aludem diretamente a fatos de memória, muito mais do que a acontecimentos ou fatos históricos não trabalhados por memórias. Por exemplo, quando se fala nos "anos sombrios", para designar a época de Vichy, ou quando se fala nos "trinta gloriosos", que são os trinta anos posteriores a 1945, essas expressões remetem mais a noções de memória, ou seja, a percepções da realidade, do que à factualidade positivista (POLLACK, 1992, p. 201).

Seja a história, seja a memória, ambas são modos de representação do passado. O passado, aqui, é visto como o conjunto dos acontecimentos pretéritos. Mas Le Goff (1990), Nora (1993) e Pollack (1992), ao compararem essas duas práticas, convergem suas análises para a mesma diferença: de que “a História, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico.” (NORA, 1993, p. 9), ou seja, de que a primeira é uma ciência, com metodologia própria, com delimitação do tema, utilização de fontes históricas, crítica a essas fontes, argumentação construída à luz de teorias e aceitação entre os pares na academia.

3.2) Sobre a construção do conhecimento histórico

Observando a etimologia da palavra “história”, ela vem do grego antigo, que significa "pesquisa", “investigação”. Ou seja, história não é religião cujos dogmas advém de uma revelação, sendo por isso irrefutável. Mas história também não é opinião.

A história é uma prática acadêmica feita por um historiador que, ao se apropriar da memória como fonte, pode, por vezes, problematizá-la e deslegitimar algum grupo que a utilize com fins político-ideológicos. Nessa relação, a “memória não foi apenas instruída, mas igualmente ferida pela história.” (RICOUER, 2003, p.6).

Por essa linha de raciocínio, considerar a história como ciência (embora isso não seja um consenso dentro da Academia) não significa dizer que os procedimentos definidos na sua operacionalização resultem em discussões encerradas, calcadas em verdades absolutas.

Antes de discorrer sobre a relação entre história e ciência, é preciso pontuar dois aspectos: reconhecer que a ciência não é a única fonte legítima de saber e indicar a perspectiva teórica adotada nesse trabalho sobre o que é ciência.

Nietzsche em *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-moral* discorre dentre outros assuntos sobre as palavras, os conceitos e sobre como isso pode ser aplicado à ciência. Para o autor a criação dos conceitos e do corpo de conhecimentos que formam a ciência são arbitrários, porém necessários para formação de uma “teia conceitual”, que permite inclusive a nossa comunicação em diversas situações e contextos.

Essa discussão foi retomada posteriormente por Foucault em *As Palavras e as Coisas*. Para o autor cada época têm as suas crenças, as suas formas e estruturas de pensamento aceitas como verdade, a sua “episteme”. E são esses paradigmas que tornam a ciência própria de cada tempo. Sendo assim, a história da ciência não é a história de um progressivo descobrimento de um conhecimento previamente existente.

Por isso, como as demais ciências, a história também passa por revisões que são intrínsecas à prática da pesquisa. Revisar uma pesquisa histórica, mesmo que consolidada não significa que os resultados obtidos por esses estudos até então são ruins, mas que eles podem estar apenas “incompletos” ou reféns de uma única abordagem.

Como é o caso de se estudar uma temática já discutida a partir da descoberta de novas fontes, a exemplo da escravidão com o relato de Baquaqua¹³ e do cemitério dos pretos novos¹⁴

¹³ Em 1854, foi publicada nos Estados Unidos, o único relato autobiográfico sobre um escravizado que passou pelo Brasil. Trata-se de Mahommah Gardo Baquaqua, um homem que pertenceu a uma proeminente família no que é hoje o atual Benim. Baquaqua chegou no litoral norte de Pernambuco em 1845, na condição de cativo, depois foi levado para o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul antes de conseguir fugir para Nova York, em 1847. A tradução desse relato, do inglês para o português, foi feita somente em 1997, por Robert Krueger, apesar de já ter sido analisado por Silvia Lara, em 1989 (SILVA, 2018). O ineditismo dessa fonte possibilitou enriquecer um campo historiográfico muito consolidado, que é o da escravidão, na medida em que as outras fontes sobre essa temática são sempre relatos de terceiros.

¹⁴ Em 1990, o casal Ana Maria Mercedes Guimarães e Petruccio compram uma casa no bairro da Gamboa, no município do Rio de Janeiro. Mais tarde, em 1996, ao iniciarem uma reforma, no primeiro dia de trabalho, os pedreiros, acidentalmente, acharam ossos humanos no quintal da casa do casal. Com isso, o casal acionou a prefeitura do Rio. A conclusão foi de que ali era o local onde se situava o Cemitério dos Pretos Novos, cemitério que funcionou de 1772 a 1830 naquela região destinado ao sepultamento dos “pretos novos”, africanos que

ou com a introdução de novas técnicas como aconteceu na exumação de Pedro I, Dona Leopoldina e Amélia de Leuchtenberg¹⁵. Ou de adotar uma perspectiva teórica diferente para se estudar um mesmo fenômeno, como foi o caso do Antigo Sistema Colonial¹⁶ e da relação das classes trabalhadoras com Getúlio Vargas¹⁷.

Os dois tipos de casos demonstraram que a introdução de uma nova fonte ou que, lançar luz sobre uma proposta interpretativa sob um novo prisma de análise possibilitaram um revisionismo histórico, o que é algo positivo e necessário para o enriquecimento da ciência histórica.

O problema é quando o revisionismo assume a forma de negacionismo, palavra pejorativa para designar um revisionismo inapropriado, através de uma construção argumentativa de cunho anticientífico e enviesada por posicionamentos políticos voltando em questões que não são alvos de discussão em história, pois elas já estão dadas (*take for granted*), sendo assim “falsificações históricas” (MOTTA, 2012). Vamos analisar o exemplo do *Shoah* (Holocausto).

A primeira grande referência sobre este evento é “A destruição dos judeus europeus”, escrita pelo historiador austríaco Raul Hilberg, em 1961. Posteriormente, surgiram outros estudiosos desse evento, que podemos dividi-los em “intencionalistas” e “funcionalistas”.

Os primeiros afirmam que Hitler foi o personagem central no genocídio e que ele planejava exterminar os judeus desde o início. Essa linha de pesquisa predominou do fim da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970. Já os funcionalistas, dominaram as

morriam durante a travessia do Atlântico, antes de serem vendidos. Já se havia perdido a localização desse cemitério, tanto que não havia muitos estudos acadêmicos sobre ele antes da sua descoberta (PEREIRA, 2007). E mais recentemente, em 2017, foi encontrado o primeiro esqueleto inteiro de uma mulher de aproximadamente 20 anos, batizada de Josefina Bakhita. Essas descobertas trouxeram muitas contribuições para o campo da História.

¹⁵ Em 2012, a arqueóloga Valdirene do Carmo Ambiel fez a exumação dos restos mortais de Pedro I e suas duas ex-esposas, Maria Leopoldina e Amélia de Leuchtenberg. As análises forenses feitas pela pesquisadora no seu estudo só foram possíveis graças a existência da tomografia computadorizada de dupla energia, que é um exame relativamente recente.

Com isso, Ambiel pode verificar por exemplo que Pedro I não empurrou Leopoldina da escada, descartando o consenso de ela tivesse fraturado um dos fêmures e falecido por complicações decorrentes da recuperação.

¹⁶ Nesse caso havia uma tradição historiográfica marxista muito influenciada por Caio Prado Junior (1942) e Celso Furtado (1959), mas consolidada por Fernando Novais (1979), que entendia a história da América Portuguesa inserida na história do mercantilismo e da formação do sistema capitalista. Até ser questionada, inicialmente por Ciro Flamarion Cardoso (1980) e, posteriormente, por João Fragoso e Manolo Florentino (1993) pela ênfase excessiva aos aspectos externos e negligenciando as dinâmicas internas da colônia.

¹⁷ Nesse caso temos a perspectiva do “populismo”, defendida por Octávio Ianni (1975) e Francisco Weffort (1978) e uma forma mais recente de se pensar essas relações que é o “trabalhismo”, de Ângela Gomes (1988).

discussões sobre o assunto a partir da segunda metade da década de 1970. Para eles, o genocídio não está centrado em uma ação premeditada por Hitler, mas se tornou uma necessidade conforme a dinâmica da guerra.

Além dessas duas correntes historiográficas, outros estudiosos divergem em relação ao número exato de vítimas (na casa de milhões de pessoas). No entanto, nenhum autor discute se o Holocausto existiu ou não (CASTRO, 2014). Questionar a existência do Holocausto é um exemplo de negacionismo.

O exemplo mais emblemático, nesse sentido, aconteceu na década de 1980, no contexto das comemorações dos 40 anos da vitória dos aliados sobre a Alemanha nazista. Em 1985, o presidente dos Estados Unidos à época, Ronald Reagan, visitou dois lugares de memória alemães (mais adiante isso será explicado): o antigo campo de concentração Bergen-Belsen e o cemitério de Bitburg, local onde estavam sepultados vários membros da SS.

Ao visitar o local mais polêmico, o cemitério de Bitburg, o presidente estava acompanhado de acompanhado do chanceler alemão Helmut Kohl e de dois generais, um americano e outro alemão. Dessa forma, Reagan tentava conciliar vítimas e criminosos do terceiro reich e, a nível simbólico, tentava apagar as antigas hostilidades que levaram EUA e Alemanha a lutarem um contra o outro na Segunda Guerra e assumir o compromisso de combate ao comunismo.

Habermas assim discorreu sobre esse episódio: “O aperto de mão dos generais veteranos na presença do presidente norte-americano pode finalmente confirmar-nos que sempre estivemos do lado certo na luta contra o inimigo bolchevique” (HABERMAS, 1989 Apud: MOTTA, 2012).

Nesse contexto de reflexões suscitados pela visita de Reagan tem início a chamada *Historikerstreit* (“Querela dos historiadores”), um debate historiográfico iniciado por Ernst Nolte ao publicar, em 1986, um artigo chamado *O passado que não quer ser esquecido*.

Nele o autor defendia que o nazismo era uma cópia do Bolchevismo, pois ambos usavam de extrema violência em seus governos e que o extermínio orquestrado pelos nazistas era comparável ao extermínio de classes do Bolchevismo: “Não foi o arquipélago Gulag anterior a Auschwitz? Não foi a ‘morte à classe’ dos bolcheviques o antecedente (Prius) lógico e fático da ‘morte à raça’ dos nacional-socialistas?” (NOLTE, 1989, Apud: MELO, 2013).

Nolte, ao fazer essas aproximações entre os dois regimes acaba por se aproximar da ideia de totalitarismo de Hanna Arendt, embora ele tenha suas próprias explicações para essas comparações. (MELO; 2013), (FERREIRA, 2016).

Se considerarmos os estudos de René Rémond, sobre o assunto veremos o outro lado dessas comparações:

Já fiz alusão à tendência manifestada por vários sociólogos norte-americanos de apresentar comunismo e fascismo como dois ramos do mesmo fenômeno, ao qual lhes apraz colar o rótulo de totalitarismo. E é verdade que não faltam analogias. Nos métodos de governo, entre o terror que Stalin desencadeia sobre a União Soviética e os processos policiais utilizados por Hitler, as semelhanças saltam aos olhos. O mesmo se observa nas estruturas, com a subordinação de todas as instituições legais regulares ao partido, um dos traços mais característicos desses regimes do século XX. Com os regimes fascistas de um lado e o comunismo de outro, já não existe independência nem imparcialidade do Estado. Este é conquistado pelo partido. Há, pois, analogias, mas elas permanecem exteriores; só dizem respeito aos comportamentos, aos processos, à morfologia dos regimes, mas não à sua natureza profunda. (RÉMOND, 2005, P. 101-102.)

Em outras palavras, a teoria de Nolte se prendeu mais aos resultados finais desses dois regimes políticos do que analisar mais a fundo as suas motivações e processos de construção. Arendt, como citei anteriormente, analisou as similitudes entre o nazismo, o fascismo e o bolchevismo enquanto que Nolte afirmou que primeiramente o fascismo e depois o nazismo surgiram como uma resposta à ameaça soviética.

Em outras palavras, em história, para mantermos um rigor teórico-metodológico, é importante também analisarmos um fato histórico, como já expus no início desse trabalho, através das suas dimensões sincrônica e diacrônica que ele pode ter com outros.

Novamente retomando Thompson, sua análise nos ajuda a entender porque a comparação dos regimes feitas por Nolte não procede, pois ao defender que o “nazismo e o Holocausto foram “cópias do bolchevismo”” (NOLTE, 1989 Apud: MELO, 2013), Nolte ignora as grandes diferenças existentes entre as matrizes política, ideológicas e econômicas que compuseram os dois regimes. O que resultaria em justificativas diferentes para o uso da violência. Isso porque seus contextos e processos foram diferentes.

Mesmo o nazismo e o bolchevismo guardando muitas semelhanças, forçar essa relação de causalidade é comprometer o rigor historiográfico e atender a uma causa mais panfletária. Em história, o movimento da pesquisa historiográfica consiste em observar um determinado fenômeno político, econômico ou social e criar um problema, uma pergunta. E com base nas

fontes primárias, sua crítica a elas e análise mediante a teoria de um autor e defender uma tese.

O que o negacionismo faz é inverter essa lógica. Partindo de uma afirmação, uma resposta pronta, tenta se justificar essa resposta que o revisionista/negacionista já possui, não se partindo da pergunta. Esse tipo de pesquisa pode considerar por exemplo que o Holocausto não existiu e assim justificar porque dele não ter acontecido.

Como foi a tese negacionista de Faurisson envolvendo pontos como: o extermínio dos judeus não foi política oficial de Estado; que as câmaras de gás foram usadas para desinfecção de roupas e objetos como medida preventiva contra o tifo e que o uso de Zyklon B (ácido cianídrico) era para fins de desinfecção; que o número de 6 milhões de vítimas é um exagero; que a ideia da Solução Final foi mal interpretada, visto que consistia apenas na deportação e expulsão dos judeus, e não no seu extermínio; que a maior parte das pessoas em campos de concentração morreu devido à epidemia de tifo; a veracidade de relatos de sobreviventes. (DELLA FONTE; LOUREIRO 2010)

3.3) Sobre o conceito de memória

Já a memória pode ser construída, como dito anteriormente, por diversos agentes, como afirma Pollack:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. (POLLAK, 1989, p.7)

Mas no que exatamente consistiria essa forma de representar o passado possível para a todas as pessoas? A memória é antes de tudo um projeto. Memórias, de acordo com a conjuntura política em que elas são rememoradas, podem lembrar ou fazer esquecer de acordo com os marcos sociais e valores do presente em que ela é construída.

As memórias podem ser tanto individuais quanto coletivas, como citada por Pollack (1989). O exemplo maior de memória coletiva é a memória nacional¹⁸, forjada pelos interesses de quem detém o poder, no caso, podendo ser o próprio Estado.

¹⁸ Nas palavras de Pollack: “a forma mais completa de uma memória coletiva.” (ibid., p.1).

Um exemplo bem emblemático em relação a isso aconteceu na Itália, em 29 de junho de 1944, o chamado “massacre de Civitella”. Nesse episódio, as tropas de ocupação nazista assassinaram 115 civis da cidade italiana de Civitella como represália à morte de três de seus soldados por membros da resistência italiana. Esse ocorrido produziu duas memórias bem distintas sobre ele.

As viúvas e os filhos das vítimas sobreviventes do massacre construíram uma memória de negação do papel da resistência naquela cidade, responsabilizando os *partisans* pela morte dos seus entes queridos. Eles seriam assim irresponsáveis por tentarem resistir à ocupação nazista. Mas para a memória oficial, o massacre foi visto como um episódio de bravura, de resistência, cujas vítimas foram alçadas à condição de heróis (PORTELLI, 1996).

Ao afirmar que a memória é coletiva, ou seja, de que ela é compartilhada, Pollack retoma os estudos do sociólogo Maurice Halbwachs (1990), de que a sociedade e a coesão social influenciam na construção, mesmo que de memórias individuais, do que o sujeito se lembra, do que ele se esquece, conscientemente ou não, como será explicado ao largo desse trabalho.

Nos exemplos citados anteriormente, as expressões “República Velha”, “anos dourados” e “milagre econômico” não foram cunhadas por historiadores. O que interessa em uma análise da história não é saber exatamente se os recortes temporais de 1889-1930, década de 1950 e 1967-1973 são merecedoras das expressões supracitadas, respectivamente, mas entender quais agentes utilizavam esses termos em defesa de uma ideia, quais os seus interesses em reforçar certa imagem, que memória se tenta construir ou que aspectos se tenta silenciar no uso desses termos.

Por ter uma seletividade tendenciosa, a memória, eventualmente, trava embates com a história quando ambas se debruçam sobre o mesmo período, e agentes sociais tentam fazer da sua memória, a história, e em sua defesa alegam que a história não analisou todos os “lados” em um determinado evento ou que a história é na verdade “uma história dos vencedores”.

As questões levantadas pela história partem sempre do presente do historiador, das inquietações que ele vivencia. Como foi indicado anteriormente, o historiador assume a sua parcialidade como uma característica intrínseca a sua pesquisa, mas isso não faz do seu ofício uma análise enviesada por questões político-partidárias. Foi o que Weber chamou de

Wertfreiheit, que foi traduzido para o português como “neutralidade valorativa”¹⁹ (WEBER, 1918 Apud: FANTA, 2014).

Tomando como exemplo um caso brasileiro, a criação do mito de Tiradentes foi uma tentativa dos governantes da República Velha de ganhar legitimidade nos seus primeiros anos de funcionamento, já que o seu início, através de um golpe militar, fazia com que ela tivesse falta de legitimidade por parte das camadas populares. Nas palavras de José Murilo de Carvalho:

Para consolidar-se como governo, a República precisava eliminar as arestas, conciliar-se com o passado monarquista, incorporar distintas vertentes do republicanismo. Tiradentes não deveria ser visto como herói republicano radical, mas sim como herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro. (CARVALHO, 1990).

Se durante a Inconfidência Mineira Tiradentes fora condenado como um criminoso e sua tentativa fracassada de se levantar contra família de Orleans e Bragança silenciada durante toda a monarquia brasileira, a República, com interesses diferentes da família imperial, o traz à tona mitificando-o.

Nesse sentido, mesmo as memórias individuais, elas sofrem influência da sociedade. E sendo assim, um mesmo evento podem ter memórias diferentes dependendo da época, ou pessoas em determinado momento das suas vidas que têm uma determinada visão sobre o seu passado podem, em um momento posterior, ter um posicionamento muito diferente do anterior porque, nesse momento posterior, os marcos sociais podem ser outros influenciando assim a criação de discursos sobre o seu passado.

No âmbito da história, embora haja discordâncias entre os pesquisadores sobre a conclusão de determinada pesquisa, ela, por ser criteriosa, é menos suscetível de ser refutada do que a memória, que varia de acordo com o que lhe é mais conveniente lembrar.

Se tomarmos como exemplo a ditadura civil-militar brasileira, muitas pessoas consideram algumas memórias sobre esse período como história, não problematizando os motivos pelos quais os autores dessas memórias insistem em relativizar a violação dos direitos humanos nesse período.

¹⁹ Esse conceito promove uma ruptura com a concepção positivista iniciada por Auguste Comte (1842) e aperfeiçoada por Émile Durkheim (1895), de uma total imparcialidade e distanciamento entre o sociólogo e o seu objeto de estudo.

Mas isso não significa dizer que, as construções de memória são infundadas. Ao contrário, para ter legitimidade, a memória precisa de “enquadramento”, ou seja, ela precisa de um quadro de referências que funcionem como justificativas para ela, assim “Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação” (POLLACK, 1989, p.7).

Retomando o exemplo de Tiradentes, o seu projeto de memória consistia em uma aproximação com Jesus, e para isso, ela passou por um processo de enquadramento: a delação de Judas por trinta moedas de prata fora comparada a de Joaquim Silvério dos Reis em troca do perdão das suas dívidas, a *via crucis* de Jesus, ao caminho da casa de Câmara e Cadeia até o Largo da Lampadosa no Rio de Janeiro.

Em outras palavras, “assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos” (ibid., p.8)

O Enquadramento, nas palavras de Pollack, é visto como um “imperativo”, uma premissa obrigatória para eficácia do bom funcionamento da memória, pois, caso contrário, o grupo dominante que tenta impor a sua memória, pode ver emergir memórias marginais, subterrâneas, que contestem àquela memória coletiva que tenta se impor como a oficial e que, apesar de conseguir sufocar essas memórias por algum tempo, podem futuramente ter que se deparar com elas novamente, ocasionado o que o autor chama de “disputa de memória”.

Para exemplificar, o próprio autor cita como exemplo dois momentos do processo de desestalinização, configurando um conflito entre memórias. O primeiro deles aconteceu depois que Nikita Khrushchov denunciou os crimes cometidos por Stalin, ocasionando a destruição de símbolos que faziam referência ao estadista, culminando inclusive, em 1956, com a retirada dos seus restos mortais do mausoléu da Praça Vermelha do lado de Lenin. Embora tivesse desgastado a imagem de Stalin, essa tentativa não foi muito para frente, encerrando assim a tentativa de revisão da memória coletiva.

O segundo momento, aconteceu com Nikita Khrushchov, no contexto da glasnost e da perestroika. Dessa vez, a sociedade civil reagiu com mais força e pessoas que sofreram

violação dos direitos humanos no período stalinista se mobilizaram para criação de monumentos em memória das vítimas do georgiano.

Embora essa memória dos perseguidos não se manifestasse publicamente, a sua emergência revela que ela nunca deixou de existir, mas ficou apenas latente, sendo transmitida oralmente através de gerações dentro das famílias, esperando o momento político para aparecerem.

O segundo exemplo dado pelo autor é em relação ao silêncio dos refugiados do campo de concentração nazista. Durante esse período, os nazistas delegaram a alguns judeus cargos dentro do projeto de “Solução Final”. Esses sobreviventes deportados, tentando não causar um sentimento de culpa nos demais judeus, tão vítimas quanto eles, abafaram essa memória de dor.

O autor ainda acrescenta que, embora o nazismo seja um dos temas mais estudados pela história, nas conversas de família quanto nas histórias individuais da Alemanha quanto na da Áustria, esse assunto permanece como um tabu.

No terceiro exemplo, o autor cita o silenciamento dos simpatizantes ao regime de Vichy. Nesse caso, duas motivações atuam nesse silenciamento: uma memória criada pelo governo durante as comemorações de vitória na Segunda Guerra Mundial em que se exclui os deportados e outra de caráter mais pessoal, em que se quer evitar que as pessoas cresçam com as lembranças dos traumática dos pais. No entanto, quase quarenta anos depois, as pessoas que vivenciaram esse período não querem deixá-lo cair no esquecimento. Assim as associações de deportados tentam conservar e transmitir essa memória.

E por fim, no quarto exemplo, o autor discorre que, segundo Freddy Raphael, no momento em que a Alsácia e a Lorena eram territórios integrantes do terceiro reich, o governo alemão criou um alistamento militar voluntário, porém sem êxito nessas regiões. Com isso, foi organizado um outro alistamento, só que compulsório, em que 130.000 alsacianos e lorenos foram incorporados aos exércitos nazistas.

Com isso, colocou-se em discussão o grau de colaboração e comprometimento desses recrutados com o nazismo. E que esse fato, vai contra uma memória oficial, de caráter heroico da resistência francesa.

Esses silenciamentos, esses espaços de tempo em que essas memórias permaneceram latentes, criando “não ditos” deixam claro que:

esses exemplos têm em comum o fato de testemunharem a vivacidade das lembranças individuais e de grupos durante dezenas de anos, e até mesmo séculos.¹⁶ Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (caso dos crimes estalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. (ibid., p. 6)

Na formação dessas memórias, Pollak (1989) destaca que alguns elementos constitutivos são recorrentes, como os acontecimentos vividos pessoalmente ou os “vividos por tabela”, os personagens e os lugares de memória.

O primeiro caso são as lembranças, ou seja, a memória retida diretamente por um indivíduo ou por um grupo. Parte dessas lembranças são formadas por experiências sensoriais: cheiros, cores, sons.

Para ilustrar, Pollack usa como exemplo a memória dos habitantes das comunas de Caen e Saint-Lô no momento do desembarque da Normandia, em que esses habitantes se lembram mais do barulho dos aviões, das explosões, dos vidros quebrados, dos gritos de terror, do choro das crianças do que da data 6 de junho de 1944 em si.

Na memória “por tabela” os indivíduos que compartilham dessa memória não necessariamente precisam ter vivido o acontecimento, mas eles podem ter uma ligação muito forte com o acontecimento que acaba por ser apropriado como uma memória pessoal por eles.

Levando ao extremo, as pessoas que compartilham essas memórias “por tabela” não precisam ter necessariamente vivido na época e no lugar daquele passado rememorado. Pensando nas memórias de dor, como os que envolvem as torturas de uma ditadura, um adolescente brasileiro que não viveu de 1964 a 1985, pode, por exemplo, compartilhar essa memória de repúdio transmitida pelos seus avós que foram perseguidos, se identificando assim, com essa experiência traumática também.

Os personagens são pessoas que personificam uma determinada memória, que podem ter convivido com a pessoa portadora da memória ou também esse personagem pode ser frequentado por tabela. Seja um ou outro as pessoas se identificam com esses personagens que simbolizam determinadas construções.

Um exemplo disso seria, a figura de Aniz Abraão David, o “Anísio”, apropriada por uma parcela da opinião pública como um dos símbolos da contravenção por chefiar o jogo do bicho na cidade. Mas, por outro lado, por ser “benfeitor da população pobre da localidade”

(BEZERRA, 2010) ao fazer, por exemplo, caridade no Natal. Essas duas memórias coletivas opostas sobre a mesma pessoa demonstram assim, que as suas construções estão ligadas aos parâmetros sociais dos grupos que a compartilham.

Por fim, os lugares de memória que, apesar do nome sugerir, não precisam ser necessariamente espaços físicos, mas qualquer criação que sirva como

pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. (POLLAK, 1989, p.8)

Analisando os lugares de memória de uma forma mais corriqueira, eles podem estar ligados a uma lembrança, uma memória pessoal do indivíduo como um local frequentado nas férias escolares, mesmo que a pessoa não lembre exatamente a data em que ela frequentava esse lugar.

Em termos de memória pública, certos monumentos fazem lembrar um momento que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um momento vivido por tabela, como são os memoriais aos perseguidos pelo governo no regime militar presente no pátio do *campus* do Largo de São Francisco de Paula da UFRJ.

Já em termos de maior distanciamento, físico e temporal, seja por memória pessoal, seja por tabela, existem locais que fazem parte da memória de algumas pessoas ou dos seus descendentes, transmitidas oralmente dentro da mesma família. Em relação a isso, Pollack cita o exemplo dos franceses que moravam nas colônias africanas e retornaram para a França, os *pied-noir*. Para essas pessoas e até mesmo para a geração seguinte, nascida na Europa, a memória da Argélia é muito forte e, portanto, geradora de memória.

Mas em todos os exemplos citados anteriormente, esses lugares não são portadores de memória por si só. Essa característica não é dada pela sua simples existência. Para que ele esses lugares funcionem com portadores de memória, eles devem ser revestidos de uma intenção memorialista, uma “vontade de memória” (NORA, 1993, p. 22) que motive a construção do lugar de memória para tal propósito.

Para Pierre Nora, os lugares de memória são, em primeiro lugar lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque tem ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva

– vale dizer, essa identidade - se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. (NEVES)

Uma vez que não exista intenções de um agente social ou grupo que torne um lugar como portador de memória, para Nora, esses lugares seriam de “lugares de história” (NORA, 1993, p. 22).

Por fim, voltando a segunda questão levantada por mim no início desse capítulo: Como funciona a reflexão filosófica de Kant e Schopenhauer acerca das representações aplicadas a essas duas noções? Tanto a memória quanto a história são representações, visto que ambas as narrativas são mediadas pelas nossas intuições. E, sendo mediadas por nós, inevitavelmente nós alteramos o real, o passado, o nosso objeto de estudo como ele.

Ter esse tipo de percepção não diminui a importância da história, ao contrário, ter o entendimento dos limites e possibilidades dessa disciplina auxilia no processo de autocrítica.

2) Capítulo 2: História de Nilópolis

2.1) Aspectos gerais

"ABRI alas, ó velhas comunas de centenas de quilômetros quadrados de extensão! Abri alas para deixar passar Nilópolis, o dedo mindinho dos municípios brasileiros!"²⁰

A história de Nilópolis pode ser narrada de diversas formas. Nas linhas seguintes, em um primeiro momento, situarei o município e, posteriormente farei uma narrativa factual sobre ele, elegendo alguns aspectos que serão retomados posteriormente para minha análise. A perspectiva teórica usada na análise será, como foi mencionado anteriormente, a “teoria das elites”, em função das fontes analisadas nessa pesquisa. Dessa forma, será analisada somente a formação do município a partir das classes dirigentes²¹.

O município de Nilópolis pertence atualmente à uma região historicamente estigmatizada no estado do Rio de Janeiro, que é a baixada fluminense. Ele é limítrofe à capital e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), sua população foi estimada em 162.693 pessoas em 2020. Com uma área de 19.393 km², é a menor cidade do estado. A nível nacional, a 5564ª menor de 5570 municípios brasileiros²². Seu índice de desenvolvimento humano municipal foi de 0,753 em 2010, o nono maior do estado e o quarto maior da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Dentro da baixada fluminense, o município de Duque de Caxias é o município mais populoso e com maior PIB, seguido de Nova Iguaçu.

²⁰ *Eu Sei Tudo*, 34º Ano, Nº 2, Julho de 1950, p. 67.

²¹ Para maior aprofundamento no assunto, autores como Gaetano Mosca, Robert Michels, Vilfredo Pareto e Robert Dahl refletem sobre essa forma de análise.

²² Na época em que foi emancipada, Nilópolis era a menor cidade do Brasil. E essa informação já era de conhecimento da imprensa como atesta a epígrafe dessa seção.

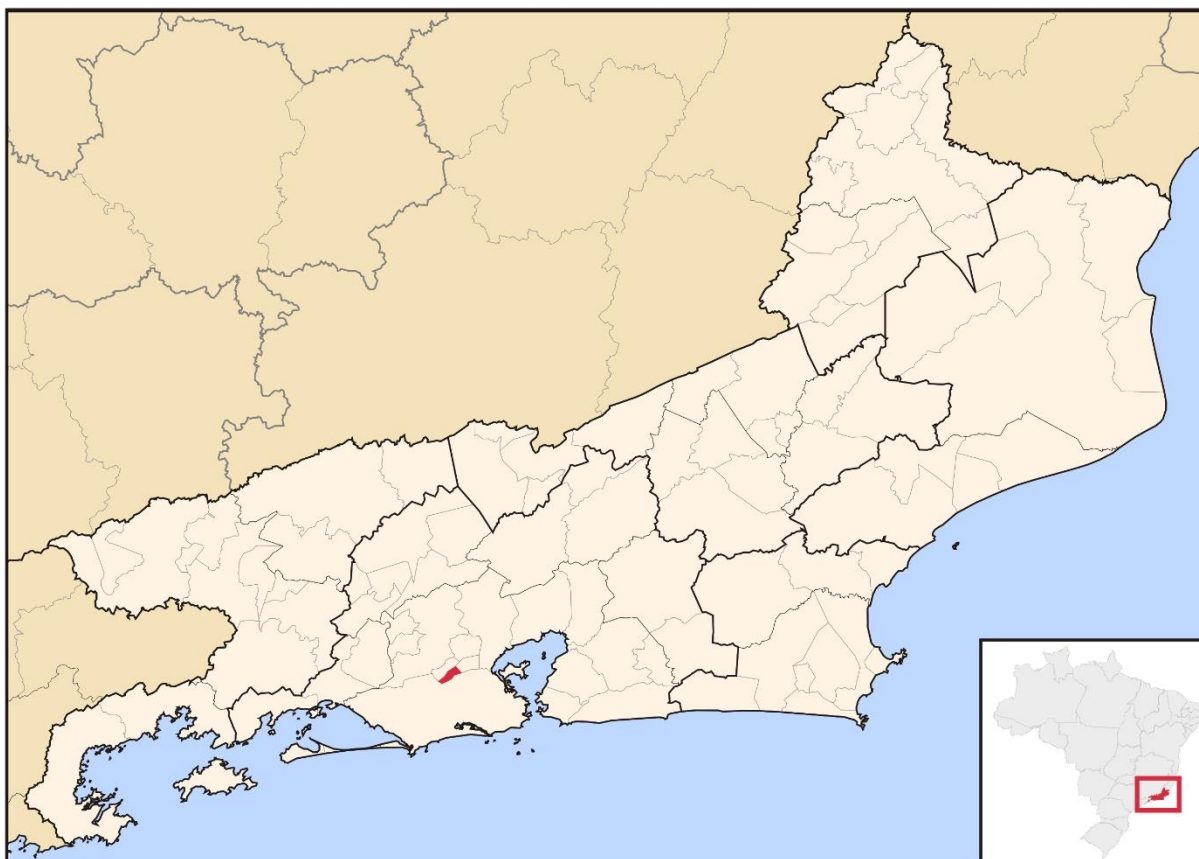


Imagem 1 – Nilópolis marcado em vermelho no mapa do estado do Rio de Janeiro²³

2.2) América portuguesa

A maior parte das informações desse trabalho terá como fonte um livro de memórias escrita por Ernesto Cardoso em 1938, *Nilopolis de Hontem e de Hoje*. Nesse livro, é na abertura do capítulo chamado “Reminiscencias” que ele se refere a Nilópolis como “a princesa de Iguassú”, expressão que inspirou o título desse trabalho.

Esse autor nasceu em Portugal em 1 de novembro de 1898, falecendo no Rio de Janeiro, em 4 de junho de 1963. Foi despachante estadual, jornalista e membro da *Academia Nilopolitana de Letras* (ARAÚJO, 1964, p.67).

Não há informações sobre quando ele chegou no Brasil. O único registro do tempo de residência do autor no povoado foi o relato que ele fez, nesse mesmo livro, sobre fortes

²³ ABREU, R.L. *Nilópolis*.

chuvas que assolaram a localidade em março de 1916, e que ele dizia ter 17 anos à época (CARDOSO, 1938, p.26).

Ao iniciarmos cronologicamente a história de Nilópolis, é importante ressaltar que, usar o nome “Nilópolis” ou o seu adjetivo gentílico correspondente (nilopolitano) no período colonial é conceitualmente errado por se tratar de um anacronismo. Ou seja, o uso de uma designação contemporânea (no caso “Nilópolis”) em um contexto muito diferente, em uma época em que não havia noções de, primeiramente, distrito, e posteriormente, de município.

O mesmo acontece com o uso do nome “América Portuguesa” em detrimento de “Brasil colônia”. A noção de Brasil e brasileiro como conhecemos hoje começa somente no século XIX, como será discutido mais à frente, na seção dedicada à discussão de nação e nacionalismo.

Durante a América Portuguesa, o recorte territorial atual pertencia à capitania de São Vicente, que, em 1568, foi doado em forma de sesmaria à Brás Cubas, que, diferentemente de outras sesmarias que recebera, nunca chegou a tomar posse desta. Com isso, elas foram novamente doadas

Em 1603, Diogo de Montarroio, adquire a propriedade e, em 1626, quando sua filha, Izabel de Montarroio, se casa com João Álvares Pereira, este recebe a sesmaria como dote²⁴ e cria a fazenda de São Matheus²⁵, em 1634. Três anos depois, em 1637, é criada a capela de São Matheus.

Um aspecto interessante da família da esposa de João Álvares Pereira para esse trabalho era de serem cristãos novos (MORAIS, 2016). Por causa disso, três dos cinco filhos de João Álvares Pereira foram condenados ou penitenciados pela Inquisição. Pessoas fora do seu núcleo familiar, como o marido da sua filha e o marido da sua neta também eram de famílias de cristãos novos, além do seu cunhado que teve toda sua família presa pela Inquisição.

²⁴ Ao receber essa sesmaria como dote já era sesmeiro desde 1621 em uma área próximo à serra do Tinguá.

²⁵ Segundo Nogueira, entre o recebimento da sesmaria por parte de Brás Cubas e a criação da fazenda de São Matheus por João Álvares Pereira (1568-1634), existem duas hipóteses para o último ter adquirido a sesmaria, já que não foi pelo governo: a primeira, como já foi dito, através do dote do casamento com Izabel de Montarroios e a segunda, através de aquisição pelo sesmeiro original ou de terceiros. Vale destacar que o autor identificou sete possíveis sesmeiros na região.

Segundo TORRES (2002), a capela de São Matheus, a construção mais antiga da cidade, quando fora criada, se configurou como criptojudáismo²⁶, um conjunto de práticas dos cristãos-novos objetivando dissimular o judaísmo e se passar como católicos publicamente. Mas, discordando desse autor, essa defesa é um argumento de memória, uma tentativa de alçar Nilópolis a uma condição especial para os judeus, antes mesmo da sua migração para a localidade.

A fazenda de São Matheus fica sob administração dessa família por 220 anos. Nesse período, além de produzir açúcar e aguardente, produtos típicos da agromanufatura açucareira, ela tinha uma lavoura de subsistência, cujo excedente era comercializado. O milho, e principalmente, a mandioca eram produzidos em larga escala, podendo ter produzido também arroz e feijão (CARDOSO, 1938).

Em 1779, através de uma estatística encomendada pelo marquês do Lavradio, foi constatado que “O Eng^o. de S. Matheus do Alferes Ambrozio de Souza, q fas todos os annos trinta Caixas de Asucar, entre branco, e mascavado, e quatorze pipas de agoa ardente, pouco mais, ou menos, com sincoenta Escravos.” (FORTE, 1913, p. 321)²⁷

Esses números por si só não são elucidativos para quem não é pesquisador da área. Então vejamos um quadro comparativo com a produção e a quantidade de escravos de todos os engenhos da mesma freguesia e com a freguesia do Pilar do Iguazu²⁸, uma freguesia vizinha:

Tabela 1 – produtividade e quantidade de escravizados dos engenhos da Freguesia de São João de Meriti em 1779

Freguesia de São João de Meriti			
Nome do engenho	Quantidade de caixas de açúcar	Quantidade de pipas de aguardente	Quantidade de escravizados
Engenho de São Matheus	30	14	50
Engenho do Porto	15	6	50
Engenho do Barboza	11	11	30

²⁶ Não há estudos por parte de outros pesquisadores que confirmem essa afirmação.

²⁷ Essa transcrição não é a fonte original. Ela é parte de um relatório feita por José Forte, em 1913, para a revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro com base no relatório que o vice-rei do Brasil, Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas, o segundo marquês do Lavradio, compilou através do trabalho dos “mestres de campo” no seu último ano de governo. (*Ibidem*, p. 287)

²⁸ Seu território pertence atualmente à Duque de Caxias.

Engenho do Capitão Miguel Cabral	13	1,5	18
Engenho do Bananal	10	3	20
Nossa Senhora da Ajuda	8	3	32
Engenho da Pavuna	5	5	50
Engenho de Gericinó	7	2	37
Engenho da Covanca	5	2	20

Freguesia do Pilar do Iguaçu			
(Só há um engenho)	40	17	74

Apesar de alguns engenhos terem menor produção de um item em relação a outro engenho que produz mais no total, levamos em consideração a quantidade de cativos que eles possuem. Dessa forma, fica clara a disparidade do engenho de São Matheus em relação aos demais da mesma freguesia.

2.3) Período imperial

Em 1854, a fazenda foi vendida para José Francisco de Mesquita, o Conde de Bonfim, permanecendo com sua família até 22 de setembro de 1900, quando foi vendida, no valor de 30 contos de réis, a Lázaro de Almeida e João Alves Mirandella.

No ano seguinte, tem início uma epidemia de cólera no Rio de Janeiro²⁹. Essa epidemia foi bastante prejudicial às cidades mais populosas do Brasil à época (Rio de Janeiro e Salvador) (KODAMA, 2011), mas também se fez presente na fazenda de São Matheus. Essa epidemia assolou a fazenda de setembro a novembro de 1855. Seu saldo: dentre outros doentes, 51 eram escravos, e desses 21 ficaram em estado grave e 9 morreram. Esses mortos pela cólera foram enterrados em um cemitério ao lado da capela, como se pode constatar em pesquisas arqueológicas realizadas em 1987 (CARDOSO; NOGUEIRA, 2009).

²⁹ Apesar desse não ser um conteúdo do Ensino Médio esse foi um ocorrido que merece destaque dado a relevância que o campo da história das doenças adquiriu no atual momento.



Imagem 2 – Capela de São Matheus atualmente³⁰

A fazenda de São Matheus, a exemplo de outras lavouras escravistas, passou por uma série crise financeira com a abolição da escravidão³¹. Durante um período ela permaneceu abandonada até ser adquirida pelo barão de Mesquita.

2.4) Período republicano

O barão, por conta de uma dívida de 20 contos de réis com o negociante de muares ao exército, João Alves de Mirandella, doou uma parte de sua fazenda para ele. Com isso, em 1914, Mirandella, ainda sem a estação ferroviária, loteou parte da fazenda de São Matheus e iniciou a venda de seus terrenos no valor de 50 mil réis, podendo ser paga em prestações de 5 ou 10 mil réis mensais.

³⁰ *NOTÍCIAS DA CAPELA*. Comunidade São Mateus - Paróquia NS da Conceição de Nilópolis.

³¹ Interessante notar que Ernesto Cardoso, no seu livro de memórias sobre Nilópolis, condenou fortemente a escravidão, mas associou o seu fim a uma benesse da princesa Isabel e não a trajetória de lutas e demandas de setores antiescravistas.

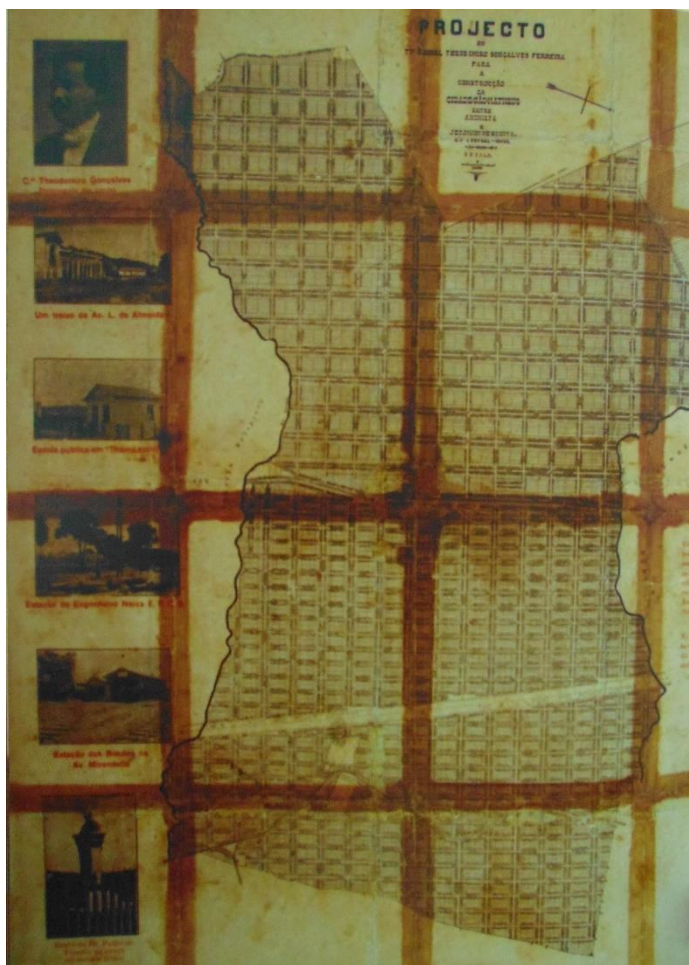


Imagem 3 – Prospecto do loteamento da fazenda São Matheus com a delimitação dos terrenos. Acervo Marcus Monteiro

Na coluna da esquerda, de cima para baixo, constam algumas imagens propagandísticas nessa ordem:

- C^{el} Theodomiro Gonçalves
Encarregado das vendas
- Um treixo da Av. L. de Almeida
- Escola Pública em “Thomazinho”
- Estação de Engenheiro Neiva E.F.C.B.
- Estação dos bondes na Av. Mirandella.
- Busto do Dr. Paulo de Frontin na praça do mesmo nome.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a diminuição das exportações de café, o aumento dos gêneros de primeira necessidade e dos aluguéis, a população mais pobre foi diretamente impactada. E esse quadro proporcionou a vinda das primeiras famílias para o loteamento de São Matheus.

Cardoso narra uma história comum a muitas dessas primeiras famílias que vieram para o recém criado loteamento. A simplicidade das suas casas era tal que se a vegetação do próprio terreno não fosse o suficiente, o proprietário poderia usar a dos terrenos vizinhos para formar os esteios da sua casa: “um rancho coberto de sape e, na maioria das vezes, sem a tapagem lateral, tendo a protegel-o da furia dos elementos a vasta vegetação, ate que as cousas se reajustassem...” (CARDOSO, 1938, p.23)

Em dois meses, o novo habitante conseguia se prover da agricultura de subsistência, criar galinhas e cabras e extrair lenha para o seu balão de carvão³², que “lhe dava uma ou duas dezenas de mil reis, para aquisição de generos indispensáveis”³³

Ainda segundo Cardoso, os vendedores dos terrenos mostravam-se humanos e bastante flexíveis. Os moradores iam ao escritório a cada três meses para pagar a prestação do terreno. Se eles não tivessem condições de pagá-las, esses valores eram renegociados.

Logo no início do loteamento da antiga fazenda aconteceram as primeiras iniciativas particulares. Ainda em 1914, Franklin Cordeiro de Carvalho, telegrafista da Estrada de Ferro Central do Brasil³⁴, funda em 13 de junho desse ano uma escola, o Externato Nilo Peçanha, tornado-se o próprio o "mestre-escola" para uma turma de 19 crianças matriculadas de origem muito pobre. (CARDOSO, 1938, p. 34).

É somente com a elevação de São Matheus à categoria de distrito, que encontramos indícios de que a prefeitura de Nova Iguaçu ajudou a custear as despesas dessa escola, com o valor de 40\$ mensais. Nesse momento o município contava com sete escolas municipais e a do professor Franklin Cordeiro, a única particular³⁵.

³² Construção de barro destinada a transformar a lenha em carvão através da queima daquela durante alguns dias.

³³ *Ibidem*, p. 24

³⁴ *O Paiz*, 4 de outubro de 1893, p.2.

³⁵ *A.B.C. : Política, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes*, 10 de fevereiro de 1917, p.21.

Com o aumento do quantitativo populacional, iniciam-se as cobranças junto à diretoria da Central do Brasil, para que o trem fizesse uma parada em São Matheus. Mesmo que a parada acontecesse sem uma plataforma para embarque e desembarque.

Essa, só foi inaugurada em 8 de novembro de 1914, com o apoio do engenheiro Paulo de Frontin. A estação recém criada recebeu o nome de Engenheiro Neiva³⁶, em homenagem ao engenheiro que a projetou, Lucas Soares Neiva. Por conta disso, a localidade também mudou o seu nome de São Matheus para Engenheiro Neiva. Nesse mesmo dia, por sugestão e financiamento de Julio de Abreu, foi inaugurado também o busto de bronze em homenagem a Paulo de Frontin³⁷.

Existe um relato interessante sobre os primeiros dias de atividade da estação. Nesse episódio, um homem chamado José Ignacio, o único funcionário da estação, acumulava todas as funções que a estação precisava. Decorridos quinze dias de funcionamento, a administração da estrada de ferro manda fechar a estação alegando que as despesas eram maiores que os lucros.

Porém, no domingo seguinte, o mesmo Julio de Abreu interveio e conseguiu reabrir a estação. Vejamos os detalhes:

Inaugurada a Estação, ali ficou chefiando o serviço um funcionario, isto é, chefiando e recebendo ordens de si mesmo, pois que elle era o agente, guarda-armazem, e guarda-chaves - três funcionarios distinctos num só homem.

Era elle o José Ignacio.

Quinze dias depois recebia elle ordens para fechar a Estação e apresentar-se á Sub-Directoria, sob a allegação de que a Receita não cobria a Despeza.

Esse facto, como não podia deixar de ser, estourou como um petardo no seio da pequena população.

Mas, nesse dia, o coronel Julio de Abreu, vindo á terra, teve de partilhar da desagradável surpresa, ouvindo os clamores dos prejudicados.

Animo forte, espirito de psychologo, Julio de Abreu logo suavizou a tristeza d'aquella gente, encorajando-a a confiar nos amigos de Engenheiro Neiva (referia-se á localidade), que jamais recuariam da lucta, de toda a vez que estivessem em jogo os interesses da collectividade.

A espera não foi longa, porque no domingo subsequente a Estação era reaberta pelo mesmo funcionario.

E Julio de Abreu recebeu a merecida manifestação de applausos da população agradecida. (CARDOSO, 1938, p. 43-44)

³⁶ O nome mais óbvio para essa estação seria permanecer o nome da antiga fazenda e do seu loteamento, ou seja, São Matheus. Mas, em 1910, foi criada uma estação com esse nome em um local bem perto dali, no atual município de São João de Meriti, em um bairro homônimo.

³⁷ Esse busto permanece na praça de mesmo nome até os dias de hoje.

É importante nos atermos a dois pontos nesse testemunho: a primeira aparição de Julio de Abreu, um personagem que será muito recorrente nas próximas páginas desse trabalho e o que está por trás da ação de restabelecer o funcionamento da estação, que analisarei mais à frente.

A respeito do funcionamento da estação de trem, vale ressaltar o seguinte:

a simples passagem da ferrovia não garante a urbanização de um lugar; é necessário que se criem condições para que a população pobre se instale. A primeira condição é o surgimento do transporte de passageiros nos trens com uma certa regularidade e com preços de passagens mais acessíveis. A segunda condição é a possibilidade de acesso à propriedade da casa. Como as iniciativas de política habitacional popular na cidade do Rio de Janeiro, tais como vilas operárias, conjuntos habitacionais e mesmo a produção pequena burguesa, são insuficientes numericamente para atender à massa de trabalhadores pobres, é necessário criar uma alternativa que seja acessível a esta massa e não custe muito aos cofres públicos, já comprometidos com investimentos nas áreas mais abastadas e na infraestrutura voltada para a indústria. A alternativa será o loteamento popular (SIMÕES, 2008, p. 84 Apud: ALBUQUERQUE)



Imagem 4 – Estação Engenheiro Neiva, em 1920. Reprodução da Revista *Nilopolis*. Acervo Marcus Monteiro

A partir da parada da estação, gradativamente alguns pequenos equipamentos e serviços surgiram para os moradores da localidade, desde as mais simples como a primeira padaria a serviços mais “sofisticados”, como o primeiro serviço de bonde puxados a burros percorrendo as imediações, realizado pela *Companhia Carril Melhoramentos de Iguassu*.

Empresa essa que tinha como proprietários José Victor da Rocha, Augusto Balsemão e José Maria Campos (CARDOSO, 1938). Esses três personagens retornarão mais à frente

Nilópolis tornou-se um município independente de Nova Iguaçu em 1947, mas é em 1916 que tem início esse processo. Esse é um momento decisivo na vida política de Engenheiro Neiva, pela ocorrência de cinco fatos que, quando inseridos em uma mesma conjuntura, explicam o início desse processo.

O primeiro deles foi a criação de uma bandeira em 4 de junho de 1916. Na ocasião, houve um concurso para que os participantes enviassem seus projetos. O vencedor foi Antonio Benigno Ribeiro. Assim era o novo símbolo de Engenheiro Neiva:

A bandeira da cidade era de fundo branco e azul celeste, tendo em diagonal as côres do Pavilhão Nacional, com o capacete da República; no canto ao alto, o sol, e no canto embaixo, algumas árvores inclusive palmeiras e intercalados alguns arbustoides.

O branco, symbolizando a paz; o azul, o lindo céu nilopolitano; o sol, o direito para todos; a matta, reminiscências de onde surgira a cidade; o verde e amarello, o symbolo da Patria; e o capacete, o espirito republicano dos habitantes da cidade. (CARDOSO, 1938, p. 56).

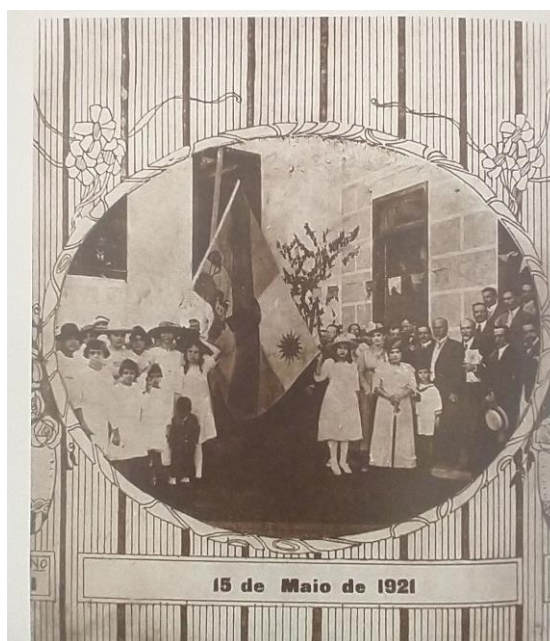


Imagem 5 – "Saudação à bandeira de Nilópolis, em solenidade ocorrida no dia 15 de maio de 1921, na Praça Paulo de Frontin, 1921. Imagem reproduzida da revista *Nilópolis*." (NOGUEIRA, 2009, p. 106)

Uma vez confeccionada, a bandeira foi hasteada nas casas de Julio de Abreu e dr. Luiz Pradez, tendo o acontecimento ocorrido com muita festividade. Essas três personagens também reaparecerão mais à frente.

A imprensa carioca não deixou de noticiar a solenidade:

NO. ESTADO DO RIO

A Villa de S. Matheus inaugura solennemente a sua bandeira

A villa de S. Matheus, no município de Iguassú, esteve hontem em festa, desde pela manhã até depois das 9 horas da noite. O escriptorio chefe para a venda dos terrenos da antiga fazenda de S. Matheus, de propriedade do sr. João Alves Mirandella, foi o local escolhido para realizar-se a festa, que tanto teve de agradável quanto de entusiastica.

Attendendo ao desenvolvimento sempre crescente da localidade, que já possui mais de 800 casas edificadas, com uma população de mais de cinco mil almas, resolveu um grupo de amigos do progresso da futura cidade de São Matheus offerecer ao escriptorio referido a bandeira já inaugurada para seu symbolo, por alguns amigos do progresso local, os quaes, orgulhosos pela grandiosa iniciativa de fundar mais uma cidade, querem que ella tambem tenha um distinctivo, como cada Estado tem um pavilhão.

Era a festa da bandeira de São Matheus, que o povo da localidade ia solennizar. Isso foi levado a effeito com grandes applauos. Desde as 9 horas da manhã, os habitantes da projectada cidade começaram a receber a imprensa e os seus numerosos convidados, e em pouco a grande localidade regorgitava. Os moradores da villa, atraídos pelos sons de uma banda de musica, foram tambem a pouco e pouco se approximando, e concorreram para o esplendor do acto.

O sr. **Victor Braga**, representante do sr. Mirandella, recebia os convidados com a maior gentileza, dispensando-lhes todas as homenagens. E enquanto não se realizava a solennidade, procurou tornar conhecidos dos assistentes os progressos de São Mathues. A primeira visita foi feita á Estrada de Ferro Carril de Iguassú, em construcção, e que pretende estender os seus trilhos por todo o municipio, que vae de Anchieta até Maxambomba, ramificando-se principalmente pela villa de São Matheus, de cujo futuro auspicioso tudo se deve esperar.

A empresa, que tem já construidos e em trafego diario dois kilometros de linha, projecta prolongar os trilhos até a uma pedreira e uma cachoeira de sua propriedade, o que quer dizer que vae facilitar as construcções pelo material que poderá fornecer em considerável quantidade, o que lhe dará por sua vez grande renda.

Regressando os convidados ao escriptorio chefe, ahi lhes foi offerecido, pelo sr. Victor Braga, um lauto almoço, durante o qual reinou a maior cordialidade. O sr. **Augusto Balsemão** saudou os srs. Victor Braga e João Alves Mirandella e o Correio da Manhã, agradecendo os srs. Victor Braga e o nosso companheiro Souza Laurindo, que brindou pelo progresso da futura cidade de São Matheus, baseado na dedicação sem limites dos seus melhores habitantes.

Terminado o almoço, seguiu-se a inauguração da bandeira.

De uma das janellas do escriptorio, falou o dr. **Adolpho Gomes de Albuquerque**, que produziu um entusiastico discurso, justificando a solennidade e demonstrando os extraordinarios recursos da localidade, fadada pelo Creador, para se tornar um verdadeiro sanatorio, pela pureza de pureza do seu ar e pela uberidade do seu solo privilegiado.

O orador, appellando para o dr. **Nilo Peçanha**, pediu, como suprema aspiração do povo de São Matheus, o abastecimento d'agua potavel e a drenagem do Rio Bangú.

Terminado este discurso, que recebeu mitos applausos, foi desfraldada aos ventos a bandeira de São Mathens, subindo ao ar dezenas de gyrandolas de foguetes e foguetões, enquanto a musica se fazia ouvir alegremente e os assistentes applaudiam com entusiasmo esse acto.

E assim festejou o povo da localidade a inauguração de hoatem, levada a efeito por iniciativa dos srs. João Alves Mirandella, **Antonio de Almeida, Hermes de Oliveira, Gustavo Pradez, João França, Candido Esteves, Firmino Lopez, Manoel Barbosa, Antonio Ribeiro, Julio de Abreu.**

A retirada do nosso representante, pelo trem da tarde, constituiu um novo motivo para as mais requintadas gentilezas do povo de São Matheus.

Formando um prestito de centenas de pessoas, em que tomaram parte muitas senhoritas, todos precedidos da banda de musica, sempre ovacionando esta redacção, a grande multidão trouxe o nosso representante até a estação Engenheiro Neiva, onde lhe fizeram significativa manifestação de apreço.³⁸

Essa notícia nos dá dimensão do tamanho do povoado: uma população de mais de cinco mil pessoas em 800 casas. E ela traz um fato curioso: a menção ao presidente do estado, Nilo Peçanha³⁹, que não só não estava presente como não enviou um representante. E nem as autoridades municipais, seus intermediários, se faziam presente.

O segundo deles foi em 2 de julho 1916 com a primeira visita de um presidente da câmara de Iguazu, Manoel Reis, à localidade. Essa visita, repleta de autoridades de Maxambomba⁴⁰ e Engenheiro Neiva, aconteceu de forma comemorativa. A localidade se enfeitou para ocasião. O encontro durou o dia inteiro e contou com visita a algumas construções do povoado, às linhas de bonde, um farto almoço em um restaurante, apresentação de banda musical e promessas políticas de melhorias na região.

O *Correio da Manhã* noticiou o caráter celebrativo da visita das autoridades, reconheceu a existência dos empreendimentos em Engenheiro Neiva, ressaltando a importância do desenvolvimento da localidade para o município de Iguazu:

ESTADO DO RIO

As necessidades do municipio de Iguassu'

O dr. Manoel Reis, presidente da Camara Municipal de Iguassú, Estado do Rio, acompanhado dos srs. dr. Francisco Scassa, coronel José Esteves de Souza Azevedo, capitão João Chaves Ferreira Velho e de outras pessoas gradas, visitou domingo ultimo, em caracter official, o povoado de Engenheiro Neiva, afim de verificar quaes as necessidades locais.

O presidente da Camara de Iguasú foi festivamente recebido por por uma comissão composta dos srs.: Luiz Pradez Filho, dr. Telles de Menezes, Ignacio Serra, Fidelis Dias, Manoel Ferreira, Antonio Benigno Ribeiro, Abreu, dr. Rocha Miranda, José Maria Campos, Augusto Balsemão e Rocha Campos & C.

Aguardavam ainda a chegada do dr. Manoel Reis e comitiva, na estação da E. F. C. B., os srs. coronel Carlos Antonio de Mattos, collector estadual; Elyseu de

³⁸ *Correio da Manhã*, 5 de junho de 1916, p.2, grifo nosso.

³⁹ Nessa época, Nilo Peçanha já era um político renomado. Já tinha ocupado os cargos de presidente da república, duas vezes o de senador e o primeiro de seus dois mandatos de presidente do estado.

⁴⁰ Atual Nova Iguazu.

Alvarenga Freire, fiscal de rendas; João de Alvarenga Cintra, procurador da Camara; capitão Pedro Panasco, fiscal do 1º districto, Antonio Soares, Manoel Moreira dos Reis, muitas outras pessoas e grande massa popular.

Ao desembarque fez-se ouvir a banda de musica da S. M. Nilo Peçanha, de Maxambomba, sob a direcção do Sr. Manoel Guimarães. Depois de pequeno descanso, e de ser servido o café, dirigiram-se todos para os carros especiaes da C. F. C. Iguassú, afim de examinarem o primeiro trecho, inaugurado já, da linha de bondes na avenida Nilo Peçanha.

Os srs. Rocha, Campos & C., concessionarios da C. F. C. de Iguassú, foram cumprimentados pelos serviços em prol do futuroso povoado, que já conta para mais de oitocentas casas.

Dentro em pouco estarão em ligação rapida e commoda as cidades de Maxambomba, Merity, Iguassú, Mesquita, Engenheiro Neiva, etc., todas no municipio de Iguassú, constituindo isso um real auxilio á lavoura e ao commercio e facilidade de communicacão ás populações do municipio.

A impressão em todos os presentes causada pela organização dos trabalhos, o material empregado e o rodante, as officinas, os depositos de trilhos e madeiras, a pedreira em exploração, que fornece pedra ás construcções locaes, todos os serviços da companhia, foi a melhor possivel.

Para o trafego de Maxambomba e as cidades proximas, a inaugurar-se dentro em pouco, o systema adoptado será o de tracção automovel, em bondes accionados a gazolina. Vimos já prompto e em perfeito funcionamento, um carro motor desse systema, ideado e construido sob a direcção professional do engenheiro dr. Rocha Miranda.

Terminada essa visita, o dr. Manoel Reis e comitiva, agradavelmente impressionados, visitaram e examinaram diversas ruas e construcções, dentre as quaes, convém notar, a da residência do dr. Luiz Padrez Filho (da Inspectoria de Illuminação) lindamente situada e ajardinada, e do sr. Antonio Benigno Ribeiro e Abreu.

Constatada a necessidade de alguns melhoramentos urgentes, taes como a canalização de água (Directoria de Obras Publicas), limpeza e aterro de ruas, abertura de vallas, etc., o dr. Manoel Reis prometeu, dentro dos recursos da Camara Municipal, fazer, quanto possivel e em sua alçada em beneficio de tão prospera localidade do muinicipio, cujos destinos dirige. S. s. assumiu para com os habitantes de Engenheiro Neiva o compromisso de ali empregar toda a renda que no local seja arrecadada.

Após essas inspecções e visitas, teve logar um lauto banquete, servido em pavilhão adrede preparado. Ao *champagne* o dr. Manoel Reis saudou as pessoas presentes e a directoria da C. F. C. Iguassú pelo progresso e adeantamento que encontrou na localidade. Agradeceu o sr. José Maria Campos.

Usaram mais da palavra os srs. coronel Elyseu de Alvarenga Freire, Augusto Balsemão e outras pessoas presentes.

O dr. Manoel Reis e comitiva retiram-se ás 5 horas da tarde.⁴¹

Já a *Gazeta de Notícias*, noticiou o ocorrido de forma um pouco diferente, mais em consonância com o que desejavam os homens que receberam a autoridade iguaçuana.

Engenheiro Neiva
O presidente da Camara de Iguassú visita o local

⁴¹ *Correio da Manhã*, 4 de julho de 1916, p.4, grifo nosso.

Tendo ha dias o Dr. Manoel Reis, presidente da Camara Municipal de Iguassu', promettido a algumas pessoas influentes do logar que visitaria a estação de Engenheiro Neiva, que tanto tem progredido nestes ultimos tempos, amanheceu ante-hontem engalanado aquelle logar.

Cerca de 9 horas da manhã chegava aquelle senhor, acompanhado de varios amigos, cujos nomes não pudemos fixar, mas que sabemos de destaque, especialmente em Maxambomba, como o Sr. coronel Elyseu Alvarenga, coronel Azeyedo Junior, collector; coronel Panasco, delegado, sendo recebidos na estação pelos Srs. Vicente Serra, subdelegado local; **Dr. Rocha Miranda e Campos, directores da E. F. C. Iguassu'** e grande numero de pessoas.

Aguardava a chegada um carro especial da E. F. C. Iguassu', em que tomaram logar o Dr. Manoel Reis e comitiva, que seguiram em inspecção aos serviços feitos pela empreza, confessando S. Ex. que se admirava da tenacidade dos Srs. Rocha, Campos & C., pois o que via excedia muito do que tinha presumido.

O Dr. Manoel Reis levou sua gentileza ao ponto de visitar as principaes construcções do logar, principiando pela residencia do Sr. Dr. Luiz Pradez, que achou simplesmente encantadora, visitou a casa do Sr. Julio de Abreu, que, por uma grata coincidência, festejava o anniversario de sua esposa, Mme. Emma de Abreu.

Depois de amistosa conversa com os **Srs. Abreu e Antonio Ribeiro, da firma Camões & C.**, regressaram ao restaurant, onde foi servido lauto almoço, em que se trocaram saudações, fallando o Dr. Manoel Reis, agradecendo a recepção e louvando os esforçados lutadores que eram Rocha, Campos & C., assim como todos os que com verdadeira abnegação estavam valorisando o local com as bellas construcções que já se viam.

Garantiu S. Ex. que a edilidade, de que tinha a honra de ser o presidente, voltaria suas vistas para local tão promettedor como é aquelle, muito especialmente pelos verdadeiros amantes do progresso, que tanto se tem esforçado alli e que, está convicto, lograrão ver seu *desideratum* realiado.

Para começar, S. Ex. vai providenciar sobre os armamentos, obstrucção de alguns sitios alagadiços e outras pequenas cousas, o resto virá depois, como seja a canalisação de agua de que vai envidar seus esforços para que seja realidade, o que já está consignado em lei orçamentaria.

Por ultimo, o **Sr. Balsemão, gerente da Ferro Carril**, em breves palavras, agradeceu a honra recebida e gentis referenciais e conceitos que vinham de ser feitos por S. Ex., a quem, em seu nome e nos dos seus socios e amigos do local, hypothecava sua palavra de honra de que continuariam com toda a perseverança no caminho encetado do trabalho e **esforços para que Engenheiro Neiva possa muito breve ser uma cidade** e terminando pedia **um viva** ao digno presidente da Camara alli presente, aos seus distinctos pares e **ao esforcado presidente do Estado, Dr. Nilo Peçanha**.

Novamente percorreram o trajecto em que pode já trafegar o elegante bond que estava á disposição e de regresso deu-se por finda a agradavel festa com a retirada no trem descendente que alli passava ás 16 e 47 minutos.

Em todo o dia tocou uma excellente banda em coreto preparado no largo fronteiro ao restaurant.

Foi um dia passado com verdadeira satisfação por todos os presentes, esforçados na troca de gentilezas, todas expontaneas, não tendo sido esquecida a imprensa carioca, que foi brindada.⁴²

⁴² *Gazeta de Notícias*, 4 de julho de 1916, p.5, grifo nosso.

Esse periódico, apesar de usar a mesma palavra que o jornal anterior para se referir a Engenheiro Neiva: “cidade”, sugere, apesar disso, um crescimento local que tenha um fim em si mesmo, como assim parecem desejar as lideranças de Engenheiro Neiva presentes na notícia. E não no sentido de colaborar para o crescimento de Nova Iguaçu, como foi colocado pelo *Correio da Manhã*

Outra referência interessante de notarmos na notícia é novamente a menção feita a Nilo Peçanha na forma de saudação, desta vez pela voz de Augusto Balsemão. Logo, a ideia de elevação da localidade a um outro nível administrativo, sob a égide de um patrono, já começava a se formar, como pudemos atestar com essa fonte.

Mas por que Nilo Peçanha, que novamente, nem presente estava, foi escolhido para ser o símbolo desse nascente povoado? Seria somente por seu prestígio político e por ser o presidente do estado naquele período? Mais à frente retornarei a esse ponto.

Com a visita dessa comitiva, algumas reivindicações mais simples dos moradores foram atendidas, como o nivelamento de alguns trechos da uma avenida e a limpeza de um trecho do rio Bangu. No entanto, o problema da falta de abastecimento de água potável⁴³ e luz elétrica permaneceram sem solução.

O terceiro fato do processo de construção da ideia de emancipação foi Julio de Abreu (um dos envolvidos na inauguração do busto de Paulo de Frontin, da estação de trem e da bandeira) reunir um conjunto de lideranças políticas locais e fundar, em 13 de agosto de 1916, o “Bloco Progresso de Nilópolis”, que representaria os interesses da localidade às esferas políticas superiores. Assim, o bloco passou, então, a auxiliar a localidade junto a Câmara de Iguaçu. Seu presidente de honra era Nilo Peçanha.

É a partir dessa data que o nome “Nilópolis” surge pela primeira vez. Com isso, diversos jornais fluminenses passaram a se referir a Engenheiro Neiva como Nilópolis⁴⁴. Vejamos um deles.

Nilopolis

⁴³ A população utilizava água das cisternas do Distrito Federal.

⁴⁴ Até a localidade se chamar oficialmente “Nilópolis”, em outubro de 1921, teremos a profusão desse nome em diversos aspectos, como por exemplo, na criação da Revista Nilopolis, em 15 de novembro de 1918; na substituição do nome da estação de Engenheiro Neiva para Nilópolis, em 1 de janeiro de 1921 e na criação do Gremio Recreativo Theatral de Nilopolis, em 3 de abril de 1921,

Em 1 do proximo mez de outubro, **será installada em Engenheiro Neiva como lhe chama a E.F.C.B. ou Nilopolis como querem que seja, os proprietarios locaes,** uma Agencia do Correio.

Os influentes locaes tencionam telegraphar ao dr. Nilo Peçanha, a quem tomaram como patrono e ao dr. Manoel Reis, presidente da Camara, congratulando-se com o melhoramento⁴⁵

O Bloco Progresso, na sua formação original, era constituído por quatorze membros. Desses, Augusto Balsemão, José Maria Campos, José Victor da Rocha, Antonio Benigno Ribeiro e Julio de Abreu já foram apresentados. Os três primeiros eram empresários da Companhia Ferro-Carril, criada em 1915 e os outros dois da empresa Camões & C, citados nas notícias sobre a visita do presidente da câmara de Iguazu.

Vejamos agora um quadro comparativo de alguns deles e sua profissão

Tabela 2 – Profissão dos membros Bloco Progresso de Nilópolis

Bloco Progresso de Nilópolis		
Nome do membro	Ocupação no Bloco	Profissão
Julio de Abreu	presidente	guarda-livros ⁴⁶ na <i>E. Daniel & Frére</i> ⁴⁷ e sócio da <i>Camões & C</i>
Antonio Benigno Ribeiro	vice-presidente	sócio na <i>Camões & C</i>
Augusto Balsemão	secretario	guarda-livros na <i>Companhia Carril Melhoramento de Iguassú, S.A. Casa Raunier e Rocha Campos & C.</i> ⁴⁸
José Victor da Rocha Miranda	procurador	sócio na <i>Companhia Carril Melhoramento de Iguassú</i>
José Maria Campos	diretor	sócio na <i>Companhia Carril Melhoramento de Iguassú</i>
Luiz Gustavo Pradrez Filho	diretor	alto funcionário da inspetoria de iluminação ⁴⁹
Victor Ribeiro de Faria Braga	tesoureiro	funcionário público e comerciante ⁵⁰

⁴⁵ *A Razão*, 29 de setembro de 1917, p. 6, grifo nosso.

⁴⁶ “guarda-livros” seria o que chamamos hoje de “contador”.

⁴⁷ *Gazeta Suburbana*, 8 de setembro de 1920, p.8.

⁴⁸ *A Notícia*, 29-30 de agosto de 1916, p. 3.

⁴⁹ CARDOSO, 1938, p. 64.

⁵⁰ O periódico *Almanak Laemmert*, em edição única de 1901, p.128, o mencionava como “fiscal de fumo e bebida alcoólica” no Rio de Janeiro e “fiscal do imposto de consumo” no Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, em edição única de 1902, p. 127. Já *O Fluminense*, em edição de 10 de abril 1908, p.2, dizia que ele era “agente fiscal de imposto de consumo de sal” no Rio de Janeiro e Niterói.

Adolpho Gomes de Albuquerque	orador oficial	engenheiro civil ⁵¹
Gustavo de Abreu	bibliotecário	(sem informações)
Antonio de Almeida Alentejano	diretor	sócio na firma comercial Abel e Alentejano ⁵²
Candido Esteves	diretor	empregado da casa <i>E. Daniel & Frére</i> ⁵³
Firmino Lopez	diretor	farmacêutico, químico, industrial e negociante ⁵⁴
Hermes de Oliveira	diretor	dono da <i>Hermes de Oliveira & C</i> ⁵⁵
João França	diretor	(sem informações)

O quarto fato foi justamente a primeira medida tomada por esse grupo de notáveis: convidar o então presidente do estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, para fazer uma visita a Engenheiro Neiva. E em 27 de agosto de 1916, o governante, assim o fez:

O presidente do Estado, dr. Nilo Peçanha, tendo accedido ao convite que lhe fora feito pelo Bloco Progresso de Nilopolis, de honrarnos com a sua visita, e designado o dia 27 daquelle mez, para esse acontecimento, a população entregou-se, com ardoroso interesse, á luta dos preparativos, para uma recepção á altura da personalidade do illustre visitante.

Os vendedores de terrenos mandaram capinar as ruas, limpar a praça Paulo Frontin, procedendo, enfim, a uma limpeza em regra nos logradouros mais centraes.

Algumas casas commerciaes recebiam caiações e pinturas nas fachadas.

Os moradores limpavam a frente de seus terrenos e entregavam-se ao serviço de pequenos retoques externos de suas casas.

(...) eram preparativos por toda a parte, afim de que o Governo Fluminense colhesse emotivas impressões da nova e garrida localidade.

As poucas costureiras de então trabalhavam estafantemente na confecção de vestidos, na maioria de chitas, de conformidade com as possibilidades das mocinhas cá da terra, a mór parte dellas modesta de recursos, mas todas desejosas de partilhar das projectadas festas de recepção.

Os rapazes ageitavam a melhor "farpella"; como podiam, para o grande dia.

Além disso, sob o patrocínio do Bloco, senhoras, moças e crianças entregavam-se á tarefa de fazer milhares de bandeirinhas de papel de côr, ao recorte de pannos, bandeiras de tecido, etc.

Aos barbados e sem barba, do outro sexo, foi entregue o serviço de córte e transporte de madeiras, bambús, folhas de paineira e outras ramagens, para a armação de caramanchões e coretos na praça Frontin e levantamento de arcos em diversos locaes.

E o dia de domingo - o significativo 27 de agosto de 1916 - veio encontrar a praça, centro das festividades, com a estatua de Paulo de Frontin enfeitada com esmerado carinho, caramanchões e coretos para a musica, tudo engalanado a rigoroso

⁵¹ *Almanak Laemmert*, 1910, p. 1725.

⁵² *Jornal do Brasil*, 27 de janeiro de 1914, p. 12.

⁵³ *A Notícia*, 29-30 de agosto de 1916, p. 3.

⁵⁴ *O Malho*, 9 de outubro de 1915, p.22.

⁵⁵ *A Notícia*, 29-30 de agosto de 1916, p. 3.

capricho; as fachadas dos predios artisticamente ornamentadas; arcos de bambús nas travessias por sobre a via ferrea e espalhados pelas avenidas Lazaro de Almeida⁵⁶ e Mirandella e travessa Justina (CARDOSO, 1938, p.63, 64)

O Bloco Progresso não foi o patrocinador apenas da ornamentação da festividade, ele negociou junto à Light para que fosse inaugurada no dia da visita do presidente do estado, a iluminação elétrica⁵⁷ nas três ruas supracitadas. Os custos da instalação foram assumidos também por alguns comerciantes e moradores da região.

Pela terceira vez nesse ano as lideranças de Engenheiro Neiva promovem um evento em um clima de muita festividade. A primeira foi na inauguração da bandeira, a segunda na recepção às autoridades municipais e agora para receberem a autoridade estadual. Mas pelo relato acima, essa cerimônia pareceu contar com uma maior mobilização dos moradores locais.

O relato de Cardoso, lembrando, um memorialista, enaltece o evento, mas quando confrontamos com alguns jornais da época, a tônica passa ser outra. Alguns jornais como *A Noite*⁵⁸ e *A Rua*⁵⁹ noticiaram a visita de Nilo Peçanha ao povoado de Engenheiro Neiva mantendo a perspectiva de Cardoso, como um encontro bastante proveitoso, que deixou o ilustre visitante impressionado

No entanto, dois deles relataram contendas nesse evento. Vejamos:

AS EXPLOSÕES DOS ODIOS POLITICO NO ETADO DO RIO Num almoço, na presença do Dr. Nilo Peç nha, desenrolam-se scenas deploráveis! Conflictos e ferimentos

As luctas politicas no Estado do Rio de Janeiro chagam a taes extremos que os diversos chefes ou agrupações perdem, constantemente, a compostura devida, praticando actos reprovaveis sob todos os aspectos que se os encare.

Agora mesmo, no municipio de Iguassu', limitrophe com o Districto Federal, desenrolaram-se factos que dão bem uma triste idéa do que é a politica no visinho Estado.

O Municipio de Iguassu', pela sua importancia, está sendo o pomo de discordia entre diversas facções, cujos ambiciosos chefes desejam apoderar-se dos altos cargos da administração, a todo o cuto.

E' o caso que, hontem, o Sr. Dr. Nilo Peçanha, acompanhado de diversas pessoas, a convite de proprietarios e industriaes daquelle municipio, fez uma visita á estação Engenheiro Neiva, onde lhe fizeram manifestações e offereceram-lhe um almoço.

Na mesa, os inconvenientes cavalheiros que compõem os grupos politicos em lucta em Iguassu', assumiram uma attitude sobremaneira reprovavel, prorompendo,

⁵⁶ Atualmente rua João Pessoa.

⁵⁷ Na época ela ocorria por lamparina.

⁵⁸ *A Noite*, 27 de agosto de 1916, p. 3.

⁵⁹ *A Rua*, 27 de agosto de 1916, p. 2.

respectivamente, em vivas aos seus chefes e morras aos antagonistas, os quaes chefes se achavam presentes ao almoço!...

O presidente do Estado do Rio, impotente para dominar o tumulto, ameaçou abandonar a mesa.

Sr. Nilo Peçanha desagradavelmente impressionado com taes acontecimentos, regressou para Nictheroy e ahi então foi que a "política" fluminense expandio-se à vontade.

Os acontecimentos que ali se desenrolaram assumiram tal gravidade; que partio para "Engenheiro Neiva" o Dr. Mario Verani, delegado auxiliar acompanhado de um medico legista e de 20 praças da policia fluminense.

Consta que, em conflictos ali desenrolados. depois da sahida do Sr. Nilo Peçanha, ficaram algumas pessoas feridas.

Tudo isto não representa mais do que a triste consequencia da falta de repressão ou mesmo do apoio que outros depredadores, acobertados pela influencia politica de que dispõem, têm encontrado, da parte do governo, que os deixa impunes. como ainda ha pouco vimos quando a organização da Liga da Morte e os seus crimes. praticallos por individuos que estão ao lado do actual governo. E' a politica de congracamento...⁶⁰

Já a *Gazeta de Noticias* nos fornece mais detalhes sobre esse dia:

Num almoço politico o Sr. Nilo Peçanha assiste á explosão de odios de seus correligionarios

Seguiu para Iguassú o delegado auxiliar

Consta que se deram diversas mortes

Os mais intimos amigos do Sr. Nilo Peçanha, presidente do Estado do Rio, costumam dizer que S. Ex., quando no governo, só tem um defeito: — a contemporisação, com os correligionarios, e a satisfação de todos os desejos dos adversarios, quando S. Ex. é forçado a dar decisões "entre les deux"...

Não nos cabe aqui indagar se é de todo verdadeira a qualidade attribuida ao actual presidente do vizinho Estado e que nós classificariamos com o nome de — inhabilidade politica — se a sorte do Sr. Nilo Peçanha não lhe fosse tão propicia que S. Ex., até hoje, tudo tem conseguido nestes Brasis...

Mas o caso é que agora, em Maxambomba, onde os Srs. Manoel Reis e Octavio Ascoli estão a ferro e fogo, a despeito de ambos, com os respectivos partidos politicos, serem "nilistas", o que dizem do Sr. Nilo Peçanha os seus intimos, acaba de ter a mais formal confirmação.

E' o caso que ante-hontem, como referem os nossos brilhantes collegas da "Noticia", o Dr. Nilo Peçanha, acompanhado de diversas pessoas, a convite de proprietarios e industriaes daquelle municipio, fez uma visita á estação Engenheiro Neiva, onde lhe fizeram manifestações e lhe offereceram um almoço.

Na mesa, os inconvenientes cavalheiros que compõem os grupos politicos em lucta em Iguassu', assumiram uma attitude sobremaneira reprovavel, prorompendo, respectivamente, em vivas aos seus chefes e morras aos antagonistas, achando-se esses chefes presentes ao almoço!...

O presidente do Estado do Rio, impotente para dominar o tumulto, ameaçou abandonar a mesa, o que fez afinal, segundo informações que conseguimos obter. E depois que S. Ex. se retirou, os acontecimentos que allí se desenrolaram assumiram tal gravidade, que partiu para Engenheiro Neiva o Dr. Mario Verani, delegado auxiliar, acompanhado de um medico legista e 10 praças da policia fluminense.

⁶⁰ A Notícia, 28-29 de agosto, p.2, grifo do autor.

E ahí está em que deram os intuitos de harmonia que levaram o Sr. presidente do Estado do Rio a querer governar o municipio de Maxambomba, séde da comarca de Iguassu', com o Sr. Manoel Reis, presidente da Camara Municipal, e "nilista" de todos os tempos, e com o Sr. Octavio Ascoli, ainda o anno atrazado, um dos mais exaltados partidarios da candidatura do tenente Feliciano Sodré.

A proposito dos successos de Maxambomba o nosso correspondente em Nitheroy enviou-nos, á ultima hora, as seguintes informações:

A chefatura de policia informa que até agora não recebeu communição, a respeito do conflicto hontem occorrido em Iguassu'. entre dous grupos politicos, um que obedece á chefia politica do Sr. Manoel Reis e outro a do Sr. Octavio Ascoli.

Consta que se registraram algumas mortes.

Para lá seguiu o Dr. Mario Verani, 2º delegado auxiliar, acompanhado do seu escrivão e do medico legista Dr. Faria Junior.

Tambem seguiu uma força de 10 praças de policia sob o commando de um inferior.⁶¹

Ambos os jornais divulgam o encerramento da visita da autoridade estadual como caso de policia, grito de "morra" em relação aos opositores políticos. A *Notícia* chega a falar em mortos no incidente, destoando muito dos relatos de caráter festivo que iniciamos o quarto fato.

Porém, mais do que sabermos se isso aconteceu ou não, o mais importante é nos atentarmos para as divisões políticas existentes citadas por ambos os jornais. A *Notícia* nos traz alguns nomes para pensarmos os conflitos políticos da região, o já citado Manoel Reis, presidente da câmara que fez uma visita à localidade em julho de 1916 e o aparecimento de um novo personagem, Octavio Ascoli, apoiador da candidatura do tenente Feliciano Sodré.

Por fim, o quinto e último fato do processo de emancipação de Nilópolis foi a separação de Engenheiro Neiva de São João de Meriti, o quarto distrito de Nova Iguaçu para a formação de um distrito próprio, o sétimo distrito⁶², em 9 de novembro de 1916.

Segundo Cardoso, a emancipação do distrito foi solicitada a Nilo Peçanha quando da sua visita ao povoado. Essa mudança administrativa implicaria em ter alguns serviços administrativos próprios como sub-delegacia de policia e registro civil, facilitando a sua oferta aos moradores. No entanto, Cardoso não descarta que esse desmembramento de São João fosse o desejo do presidente da Câmara de Iguassu, Manoel Reis.

⁶¹ *Gazeta de Noticias*, 29 de agosto de 1916, p.4.

⁶² Os outros seis eram: primeiro distrito, sede; segundo distrito, Marapicú; terceiro distrito, Iguassú; quarto distrito, Merity; quinto distrito, Palmeiras; sexto distrito, Pilar.

Exposto isso, vamos usar alguns dos conceitos históricos sobre esses acontecimentos para termos mais clareza sobre eles.

2.4.1) Coronelismo e clientelismo: uma breve discussão conceitual

A partir daqui farei uma análise mais abrangente da situação política estadual e nacional, usando os personagens citados nos quatro fatos que selecionei em 1916 para explicar o início da emancipação de Nilópolis.

O período que compreende o loteamento da antiga fazenda de São Matheus, em 1914, até o ano em que estamos analisando, o de 1916, faz parte da República Oligárquica. Desde o momento em que ela foi proclamada, a república não significou a extensão da cidadania às camadas mais pobres, no sentido delas exercerem os seus direitos sociais, políticos e civis.

O Brasil nessa época era um país rural, ou seja, a maior parte da população habitava o campo, nos municípios do interior. Dessa forma, existiam na maior parte dos casos, grandes fazendeiros exercendo papel de potentado local, os coronéis.

A origem do nome “coronel” não era por esses homens serem militares, mas porque muitos deles ocupavam a patente de coronel na guarda nacional. Essa instituição é muito anterior a esse período que estamos tratando. Ela remonta ao período regencial. Criada em 1831 como uma das medidas de caráter liberal daquele governo. Essa organização trazia consigo a ideia de “cidadão-soldado”, uma concepção de retirar o monopólio de uso das armas da aristocracia e armar o cidadão (CARVALHO, 1987).

Com a chegada da República, dois fatores influenciaram o surgimento, agora, de um sistema político chamado *coronelismo*. Para Victor Nunes Leal, esse sistema surge da junção de um fato político com uma conjuntura econômica. (LEAL, 2012).

O fato político é acentuação do federalismo, ou seja, a maior autonomia que os estados desfrutavam em relação às antigas províncias imperiais. Já a conjuntura econômica, foi a crise econômica dos fazendeiros. Essa crise enfraqueceu o poder político dos coronéis e os tornaram dependentes do governo. Assim, então, surgiu o coronelismo, de um novo arranjo de poder das municipalidades frente os estados.

Carvalho faz uma observação acerca dessa crise econômica. Segundo ele, essa crise pode ser discutível pois, embora a queda nos preços internacionais do café tenha trazido problemas para os grandes latifundiários, por outro lado houve a integração da agricultura aos

mercados nacional e internacional, tanto em relação aos produtos quanto à mão-de-obra. Mas tanto pelo lado da crise quanto pelo do ganho pela integração, ambos sustentam o argumento da dependência que eles passaram a ter do Estado.

Segundo Leal, “O coronelismo é, antes de tudo, um compromisso” (LEAL, 2012, p. 29). Um compromisso entre o presidente, os coronéis e os governadores, cabendo aos últimos, servir de intermediário entre os primeiros. Esse compromisso funcionava a nível nacional através de barganhas.

Os governadores apoiavam o presidente e esses não intervinham em assuntos regionais, garantindo a hegemonia das oligarquias cafeeiras de Minas Gerais e São Paulo na presidência. Já nas relações entre os governadores e os coronéis, o coronel ganhava o controle da administração pública “desde o delegado de polícia até a professora primária” (CARVALHO, 1998, p.132). Já por parte do coronel, existe uma visão tradicional de que ele deveria em troca, garantir votos ao candidato a governador. Voltaremos nessa questão mais adiante a partir do nosso estudo de caso.

Para evitar confusões entre o coronelismo e dois conceitos muito próximos a ele, o mandonismo e clientelismo, se faz necessário uma comparação entre os três. Antes disso, é preciso pontuar que o coronelismo, ainda que alguns autores estendam o seu uso para os dias de hoje, é um fenômeno típico da República Velha.

O seu processo de extinção tem como marcos a prisão dos coronéis baianos, em 1930, e o assassinato do coronel baiano Horácio de Matos, em 1931. Mas o seu fim simbólico aconteceu em 1937, com a queda do coronel Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul e o advento do Estado Novo, expressão maior do centralismo republicano (CARVALHO, 1998).

Sobre o mandonismo, podemos afirmar que ele é uma característica da política tradicional. Pensando em termos estruturais, ele existe desde o início da colonização e sobrevive em algumas regiões isoladas, sendo o coronelismo a expressão de uma de suas fases, um momento em que os coronéis, pelas dificuldades financeiras que passavam, necessitaram da ajuda do Estado para manter o mandonismo.

Já o clientelismo, de forma bem geral, se assemelha ao que dissemos anteriormente sobre a relação do coronel com o governador, podendo ser compreendido como “um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de

empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 1998, p.134)

Quando Engenheiro Neiva se transforma em um distrito de Nova Iguaçu, no final de 1916, Cardoso sugeriu que o motivo para isso era que o presidente da câmara, Manoel Reis, poderia colocar pessoas próximas a ele para ocupar os postos de trabalho no recém criado distrito.

Para Leal, a distribuição desses cargos públicos, mais do que beneficiar um conhecido, é garantir a dominação de trabalhadores ou de coronéis rivais através dos serviços oferecidos por eles.

E da mesma forma que o mandonismo, a sua existência é muito mais abrangente que o período da República Velha, sendo assim, anterior ao coronelismo e posterior ao seu fim, alterando as suas características.

Ainda segundo Carvalho, Paul Cammack (1979; 1982), um dos estudiosos estrangeiros que pesquisaram o caso brasileiro, nega a importância do valor do voto como contrapartida dos coronéis como forma de apoio aos governadores. Isso porque aconteciam fraudes em todo o processo eleitoral. O coronel poderia persuadir os eleitores e manipular as atas eleitorais. Acaba aqui o poder de interferência dos coronéis nesse processo.

Pois quem apurava os votos e reconhecia os deputados era o Congresso em acordo com o presidente da República, isso fez parte do acordo chamado *política dos governadores*, firmado entre Campos Sales e os governadores. Dessa forma, independentemente dos resultados manipulados pelos coronéis, o que valia era a apuração final, que podia alterar o resultado das atas.

Mas se o voto não tinha valor como moeda política, qual era a contrapartida dada pelos coronéis? Segundo Carvalho, se os governadores podiam dispensar o apoio dos coronéis de forma isolada, o mesmo não acontecia se estivessem em conjunto: “A estabilidade do sistema como um todo exigia que a maioria dos coronéis apoiasse o governo, embora essa maioria pudesse ser eventualmente trocada” (CARVALHO, 1998, p.137). Logo, bastaria simplesmente o apoio tácito, a não rebelião.

Isso explica em parte as relações que existiam entre as elites de Engenheiro Neiva e o governo estadual. Como uma localidade eleitoralmente tão pequena como aquela poderia conseguir votos e obter barganhas junto ao governo estadual? O tamanho do colégio eleitoral

não impactava a nível estadual, mas era importante para o presidente de estado aliados políticos, sem depender da sua força eleitoral.

Outro ponto do nosso estudo de caso é que, se voltarmos nas notícias de jornal aqui transcritas os personagens do Bloco Progresso e outras autoridades de Nova Iguaçu eram chamadas de “coronel”. Mas como vimos na tabela de profissões dos membros do Bloco Progresso, eram todos empresários ou industriais.

Como foi dito antes, a figura do coronel latifundiário era predominante, mas dois aspectos devem ser relativizados: primeiro o de fazendeiro muito rico, segundo o de que eram todos fazendeiros. E essas duas exceções são as que ocorrem no nosso estudo de caso.

Em relação ao primeiro apontamento, Victor Nunes Leal nos traz a condição de fazendeiro “remediado”:

gente que tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidades financeiras; que tem o gado sob penhor ou a terra hipotecada; que regateia taxas e impostos, pleiteando condescendência fiscal; que corteja os bancos e demais credores, para poder prosseguir em suas atividades lucrativas.” (LEAL, 2012, p.24)

Nesse período, com a hegemonia de Minas Gerais e São Paulo no cultivo de café, qualquer outro gênero agrícola que se cultivasse seria menor, como foi o caso das plantações de laranja de Nova Iguaçu. Esse deveria ser o caso das oligarquias iguaçuanas que não despontavam a nível nacional.

Em relação ao segundo caso, o fazendeiro rico ou remediado, não era o único agente social privilegiado nesse cenário. Segundo Carvalho “coexistem vários tipos de coronéis, desde latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres” (CARVALHO, 1995, p.3).

Chegamos aqui em um ponto de tensão entre a história e a memória que foi mencionado no capítulo 1 desse trabalho.

Apesar dos relatos de Ernesto Cardoso e mesmo dos jornais se referirem ao Bloco Progresso de Nilópolis como um conjunto de coronéis, o tratamento dado a esses homens é sempre como o de benfeitores, sem revelar, por exemplo, os motivos pelos quais eles se mobilizam para reativar a estação ferroviária, iluminar algumas ruas da localidade e promovem eventos.

À luz da memória, retomando a fala de Julio de Abreu no episódio da desativação da estação ferroviária, o Bloco Progresso é formado por “amigos de Engenheiro Neiva”. Mas, à

luz da história, são todos coronéis, logo estabelecem relações coercitivas e ou clientelistas com a população que está sob o seu julgo⁶³.

Então, revelado quem são esses homens, fica mais fácil de entender que eles desejavam fazer articulações políticas com o governo do estado e que era interessante para Nilo Peçanha também ter o apoio deles.

Mas no caso do povoado de Engenheiro Neiva, há uma ênfase muito grande na figura de Nilo de Peçanha. Ele era saudado nas cerimônias do Bloco Progresso em ocasiões que ele nem se encontrava presente. Então, vamos retomar a questão que propus anteriormente: Por que Nilo Peçanha foi escolhido para ser o símbolo desse nascente povoado? Seria somente por seu prestígio político e por ser o presidente do estado naquele período? Algumas informações sobre Nilo Peçanha e suas medidas políticas e econômicas nos ajudam a entender porque ele se tornou esse patrono.

Nilo Peçanha nasceu em Campos dos Goytacazes e cursou seus primeiros ciclos escolares no mesmo município. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de Recife sem nunca ter relações com as elites de Nova Iguaçu. Ingressa na política nacional nesse cenário dominado por Minas e São Paulo, mas ele próprio não tinha origem aristocrática, sua infiltração no cenário político acontece pela sua habilidade pessoal.

Republicano e abolicionista durante o final do império, criou o Serviço de Proteção ao Índio⁶⁴ quando foi presidente. Entusiasta das grandes reformas urbanas, dos projetos de higienização e saneamento das cidades. Possuía ideias típicas do positivismo como o desenvolvimento pela ciência.

E ele colocou essas ideias em prática durante o exercício dos seus mandatos no executivo. Na época em que foi presidente do estado pela primeira vez, iniciou em Niterói, capital do estado à época, grandes reformas urbanas junto aos três primeiros prefeitos nomeados por ele.

Foi responsável pela compra do palacete Sande para ser a sede do governo estadual, pela implementação do serviço de bonde elétrico, pelo contrato da empresa Cantareira, para

⁶³ No caso de Engenheiro Neiva, no período de 1914 até 1916, não encontramos ações coercitivas, apenas clientelistas.

⁶⁴ Ainda que hoje a integração do índio proposta por esse serviço seja discutível, na época foi um avanço para esses povos.

execução de obras relacionadas à melhoria da rede de água e esgoto da cidade, pelo alargamento e calçamento de ruas do centro, pela substituição da iluminação pública a gás pela eletricidade, pela modernização da travessia marítima com o município do Rio de Janeiro e pela criação do horto. (AZEVEDO, 1997)

No tocante ao cenário político estadual do primeiro mandato, Peçanha tinha o apoio do presidente Campos Sales, conseguiu estabilidade dentro do estado, seja pela forma de clientelismo, quanto pela coerção.

De acordo com a influência na dinâmica da política na Primeira República, o Rio de Janeiro era considerado um estado de “segunda grandeza”, ou seja, estava de fora do protagonismo político e econômico exercido por Minas Gerais e São Paulo considerados como estados de primeira grandeza (FERREIRA, 1989).

Sem dar as costas para a cafeicultura, afinal, Nilo Peçanha era um político do café com leite (tanto que participou junto com os presidentes do estado de São Paulo e Minas Gerais do Convênio de Taubaté, de 1906), suas medidas econômicas prezaram pela diversificação da agricultura. É aí que entendemos a boa relação de Nilo Peçanha com as elites locais de Nova Iguaçu durante as suas visitas à Engenheiro Neiva, a oligarquia da laranja.

A laranja já constava como produto comercial da Vila Iguassu desde o ano de 1891. Considerada de pouco valor comercial, era usada para alimentar os animais em períodos de maior produção. Seu período mais produtivo foi durante década de 1930. Antes disso, a localidade já havia se destacado pelo plantio da cana-de-açúcar e depois do café. (INEPAC, 2014)

Os plantios da cana-de-açúcar e do café esgotaram o solo e devastaram a vegetação original, comprometendo o regime hidrológico de muitos rios, provocando em alguns casos a extinção deles. Paralelo a isso, esses dois gêneros agrícolas foram ganhando força em Campos dos Goytacazes (no caso da cana-de-açúcar) e nos estados de São Paulo e Paraná (no caso do café) (NASCIMENTO, 2014).

O estímulo governamental à produção só veio com Nilo Peçanha. Foi ele quem estimulou o comércio da laranja, tornando a fruta um produto de exportação. Para isso criou

medidas que cuidassem da conservação e transporte da fruta, tanto no período de presidente do estado quanto de presidente da república⁶⁵.

Segundo Waldick Pereira: “Laranjais substituíam antigos cafezais e canaviais; laranjeiros substituíam barões e oficiais da Guarda Nacional; bangalôs e barracões de beneficiamento de frutos substituíam casas de fazenda e senzalas” (PEREIRA, 1977, VII – IX Apud: NASCIMENTO, 2014).

Como presidente da república, Peçanha criou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, cujo objetivo era modernizar o setor agrário brasileiro, tendo como base a pesquisa científica. Foi nesse âmbito que foram criadas, por exemplo, a Diretoria de Indústria Animal e Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, com os cursos de engenharia agrônoma e de medicina veterinária (ARQUIVO NACIONAL, 2021).

Segundo Marieta Ferreira, o projeto econômico nilista baseado diversificação agrícola, não produziu efeitos palpáveis a longo prazo. O que os governos nilistas fizeram foi administrar uma crise estrutural, que remontava à década de 1880, sem conseguir desenvolver de fato uma produção agrícola diversificada (FERREIRA, 1989).

Apesar disso, concordando com Ricardo Souza, defendemos que o desenvolvimento da agricultura da laranja em Nova Iguaçu está ligado às ações postas em prática por Peçanha (SOUZA, 2015). Foram justamente esses investimentos feitos por ele, que possibilitaram uma produção mais expressiva durante década de 1930, como foi dito anteriormente.

Essa prática política foi mantida por Getúlio Vargas já no governo provisório. A laranja foi o terceiro maior produto exportado pelo Brasil, atrás somente do café e do cacau. Além de ter um aumento de 612% a partir de 1930, o maior de todos os itens exportados⁶⁶.

Sendo coerente com as ideias de modernização de Niterói, Peçanha deu também atenção à indústria. Como presidente do estado, investiu em educação profissionalizante e criou, em setembro de 1906, as primeiras escolas técnicas do estado, três para o ensino de ofícios e uma para aprendizagem agrícola. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021). Já como presidente da república, destinou recursos para indústria.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ Relatório do Ministério da Agricultura de 1938. Exportação das substâncias alimentícias, p. 14.

Por isso, aquela emergente elite de Engenheiro Neiva, o Bloco Progresso de Nilópolis, identificava-se tanto com o presidente do estado do Rio de Janeiro à época, Nilo Peçanha. O geógrafo Manoel Simões assim analisa a relação dos citricultores de Nova Iguaçu com o Bloco Progresso:

a elite que se forma terá uma composição diferente da sede do município se desvinculando gradativamente das atividades rurais e se incorporando a uma lógica de acumulação nitidamente urbana. O tecido social se torna mais complexo com a chegada maciça de migrantes que se tornam a mão de obra barata das atividades urbanas locais e do núcleo metropolitano, entretanto (SIMÕES, 2006, p. 143)

Agora vamos voltar ao dia 27 de agosto de 1916, quando da primeira visita de Nilo Peçanha a Engenheiro Neiva, em que dois jornais noticiaram contendas na ocasião. Os jornais citaram os nomes de Octavio Ascoli, apoiador de Feliciano Sodré e o já mencionado no começo, Manoel Reis, presidente da câmara municipal.

Independente do conflito ter de fato acontecido, sua justificativa é factível. Manoel Reis, presidente da câmara de Iguaçu, era o representante político dos citricultores, logo, aliado de Nilo Peçanha. Ao passo que Octavio Ascoli era adversário político de Manoel Reis e aliado de Feliciano Sodré, que disputou a presidência do estado do Rio em 1914, apoiado pelo então presidente do estado à época, Oliveira Botelho, mas perdendo para Peçanha. Como mostram as tabelas a seguir:

Tabela 3 – Alianças políticas no estado do Rio de Janeiro entre 1910-1914

Presidente do estado do Rio de 1910-1914 Oliveira Botelho			
Nova Iguaçu	Octavio Ascoli	x	Manoel Reis
Eleição RJ (1914)	Feliciano Sodré	x	Nilo Peçanha

Para vencer as eleições nesse segundo mandato, Peçanha precisou concorrer com o candidato da situação, o que na República Velha, um resultado como esse seria muito inesperado, pois seu adversário necessariamente seria apoiado pelo governo estadual e federal. Para tal, ele adotou uma prática muito pouco comum à época, fazer campanha. Peçanha percorreu todo o interior do estado fazendo comícios e passeatas em diversos municípios.

Segundo Ferreira, as biografias de Nilo destacam dois pontos nessa campanha que devem ser relativizados: a popularidade que ele conquistou na sua campanha eleitoral de 1914 e a sua proposta de luta contra as oligarquias cafeeiras e a máquina governamental. Esses dois aspectos colocaram erradamente a sua campanha como um exemplo de democracia (FERREIRA, 1989).

E de fato essa campanha obteve bons resultados. Houve ao longo dela uma mudança de apoio de alguns chefes políticos locais, saindo do cômodo apoio ao candidato da situação, Feliciano Sodré, apoiado pelo presidente de estado, Oliveira Botelho, para apoiar o candidato da oposição, Peçanha. Segundo Ferreira, ao menos as câmaras de Itaboraí, Piraí, Santo Antônio de Pádua, São João Marcos, Sumidouro, Sapucaia e Macaé o fizeram.⁶⁷

Mas, por mais inovadora que ela tenha sido à época não podemos considerá-la como uma campanha contra as oligarquias, já que a disputa de poder se mantinha dentro do espaço oligárquico. Além disso, ela também não foi democrática. Suas ações políticas, bem progressistas para o cenário fluminense, não incluía no seu projeto de governo uma agenda social.

Com isso, chegamos a um segundo ponto de tensão entre história e memória do nosso estudo. Podemos relativizar um pouco a importância da sua visita à Engenheiro Neiva, já que Peçanha já tinha esse hábito de ir às ruas (ainda que a visita à Engenheiro Neiva não fosse durante o período eleitoral). No livro de Ernesto Cardoso ele narra como se fosse um grande feito, uma autoridade estadual visitar uma localidade que sequer tinha o estatuto de distrito independente.

Por fim, fazendo uma análise sincrônica acerca da elevação de Engenheiro Neiva a distrito de Iguazu, vemos que entre junho e agosto de 1916, a fim de diminuir o poder das câmaras municipais que não eram inteiramente submissas a ele, Peçanha criou novas prefeituras nos municípios de São Gonçalo, Petrópolis, Friburgo, Paraíba do Sul e Itaperuna.

Ou seja, temos aí um terceiro ponto de conflito entre história e memória do nosso estudo. As emancipações das localidades aconteceram muito mais por motivações políticas do que por méritos do desenvolvimento de uma localidade, como tenta convencer Cardoso ao leitor do seu livro de memórias.

⁶⁷ *Ibidem.*

Tanto que o jornal Gazeta de Notícias noticiou em 1919, uma reunião política em Nilópolis com a participação das autoridades políticas de Nova Iguaçu e do estado, em que foi sugerido o nome de Julio de Abreu, presidente do Bloco Progresso, para concorrer às eleições de vereador pelo sétimo distrito naquele ano⁶⁸. Como Julio de Abreu nunca ocupou nenhum cargo político o estado do Rio de Janeiro e ele tinha uma rede de contatos políticos muito influente, podemos inferir que ele nunca se candidatou.

Com a emancipação de Engenheiro Neiva na condição de distrito, sua participação, bem como a dos demais membros do Bloco Progresso não foi a de se candidatarem, mas o de apoiar candidaturas, como podemos comprovar com essa notícia:

Nilopolis aplaude a candidatura nacional
Na reunião para fundação do Centro Automobilista de Nilopolis, no Estado do Rio, foi aclamado o nome do egregio brasileiro sr. Ruy Barbosa como candidato de Nilopolis á presidencia da Republica.
Após essa reunião, que se revestiu do maximo entusiasmo, foram dirigidos telegrammas de saudações aos srs. conselheiro Ruy Barbosa, dr. Nilo Peçanha, dr. Raul Veiga, presidente do Estado, e coronel Julio de Abreu, presidente do Blóco do Progresso de Nilopolis.⁶⁹

Em outubro de 1920, foi finalizado um recenseamento, com o seguinte resultado sobre Engenheiro Neiva: 5.188 habitantes e 1.352 residências. Dessa forma, podemos comparar com os números mostrados anteriormente, trazidos pelos jornais:

Tabela 4 – Comparativo entre o número de residências e o número de habitantes de Engenheiro Neiva em 1916 e 1920

Comparativo	número de residências	número de habitantes
junho de 1916	800	5.000
outubro de 1920	1.352	5.188

Houve um crescimento considerável do número de moradores.

Em 1 de janeiro de 1921, a estação teve seu nome trocado de Engenheiro Neiva para Nilópolis. Mas só em 21 de janeiro do mesmo ano foi exposto na estação o nome “Nilópolis”. O nome da estação ser “Engenheiro Neiva” dificultava muito alguns fluxos que dependiam da estação ferroviária por dois motivos.

⁶⁸ *Gazeta de Notícias*, 13 de janeiro de 1919, p.2.

⁶⁹ *A Epoca*, 14 de fevereiro de 1919, p.1.

Um deles era a confusão que se fazia entre os nomes “Engenheiro Neiva” e “Engenho Novo”, havendo troca no destino de algumas mercadorias que iam para uma ou outra localidade.

O outro era que as pessoas que vinham da capital para Engenheiro Neiva de trem, quando chegavam na estação, não desembarcavam porque conheciam a localidade como Nilópolis e continuavam no trem até chegar à estação cuja placa estivesse escrito “Nilópolis”.

Em 06 de outubro do mesmo ano, por intermédio de Manoel Reis, Engenheiro Neiva passou a se chamar oficialmente Nilópolis⁷⁰

⁷⁰ Posteriormente, até acontecer a emancipação de Nova Iguaçu, em 1947, a disseminação desse nome continua com a criação do Cine Nilopolis, em 20 de fevereiro de 1924; com a criação das associações recreativas Gremio Recreativo Teimosos de Nilopolis, em 15 de novembro de 1924, com o Bloco Trovadores de Nilopolis, em 31 de dezembro de 1924; com o Paladinos de Nilopolis, em 23 de junho de 1927, com a Caprichosos de Nilopolis, em 1924; com o Flores de Nilopolis, em 1918 e Turunas de Nilopolis, em 1931 e a criação do jornal Nilopolis, em 1926. (CARDOSO, 1938).



Imagem 6 – Homenagem da revista *Nilopolis* ao Bloco Progresso, apresentando a sua diretoria, 1919. Imagem reproduzida da revista *Nilopolis*. Acervo Marcus Monteiro

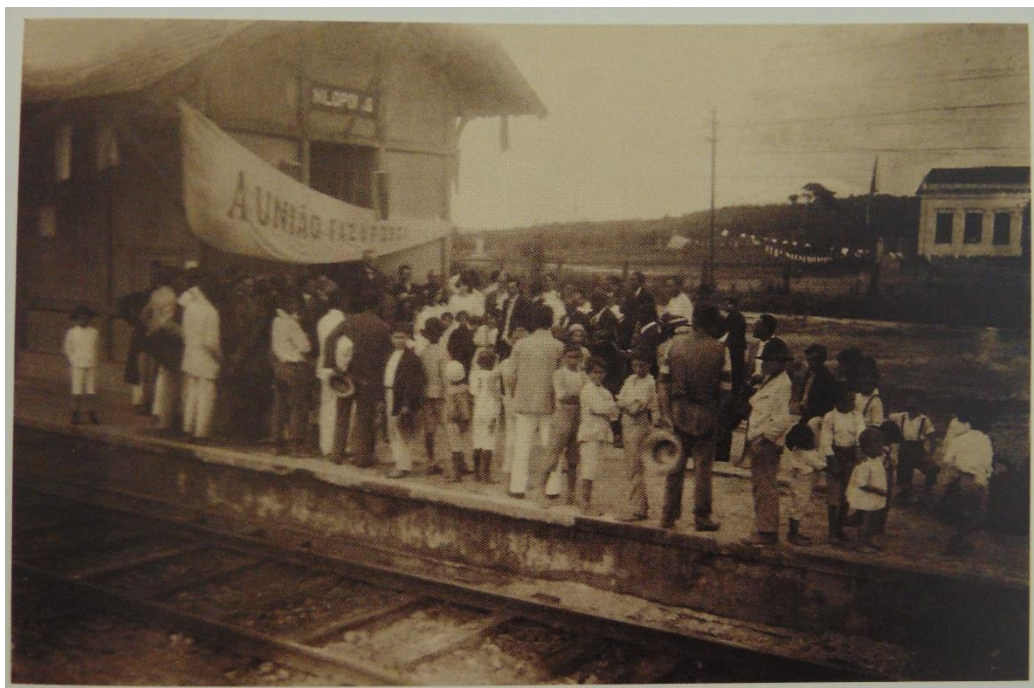


Imagem 7 – Cerimônia de substituição do nome da estação de Engenheiro Neiva para Nilópolis, em 1º de janeiro de 1921. Fotografia anônima. Acervo Marcus Monteiro

Com todas essas transformações, a localidade, sobretudo a partir da década de 1930, passou a receber dezenas de famílias judaicas, muito em decorrência dos altos preços dos terrenos na Praça Onze (tradicional reduto de ocupação judaica no Rio de Janeiro). A primeira geração desses imigrantes veio, sobretudo, da Polônia, parte da Rússia czarista governada pela família Romanov, e, posteriormente, com a escalada do nazismo na Europa, esse processo migratório foi se intensificando.

Com o tempo, o distrito de Nova Iguaçu passou a ter uma sinagoga, em 1928, com uma escola judaica ao lado⁷¹, um clube judaico, um cemitério israelita, um armazém com mantimentos gerais e petiscos para os judeus consumirem nas suas celebrações religiosas e familiares, dois açougues que vendiam carne kasher⁷². Enfim, existia toda uma rede de serviços para suprir a necessidade dessas pessoas, além de uma integração muito grande com a comunidade da Praça Onze.

⁷¹ Para ensinar o hebraico, o iídiche e a cultura judaica.

⁷² Comida purificada em que uma pessoa da comunidade judaica, com preparo especializado (schochtim), abate o animal.

Mas os judeus não foram os únicos a se estabelecerem na “princesa de Iguassu”. Um personagem interessante do passado da cidade foi um cearense chamado Delmiro Juvêncio de Oliveira que, aos 24 anos, em 1926, foi incorporado ao bando do cangaceiro Lampião.

Delmiro relatou que estava na Paraíba, trabalhando na agricultura, quando foi cercado pelo bando de Lampião e coagido a fazer parte dele sob pena de morte se recusasse. Delmiro, durante três meses, participou de mais de dez combates ao lado do líder cangaceiro, quando este perguntou se ele gostaria de abandonar o cangaço. Lampião deu 50 mil réis e liberou o rapaz daquela vida.

À época da entrevista ao jornal em que fez esse relato, “A voz dos municípios fluminenses”, em 1957, Delmiro trabalhava em Nilópolis e morava em Mesquita⁷³, onde constitui sua família.



Imagem 8 – Delmiro Juvêncio de Oliveira, falando ao autor. Foto de 1957, publicado no *A Voz dos Municípios Fluminenses*

Mas pensando em um nível mais abrangente, a trajetória desse homem revela os fluxos migratórios de nordestinos para o Rio de Janeiro, onde a oferta de emprego era maior, ou para áreas próximas a ele, como foi o caso de Delmiro para a baixada. Para Albuquerque, "Em razão de sua geografia periférica, a localidade atraiu população de baixo status social oriunda

⁷³ O endereço dele era em uma rua muito próxima de Nilópolis.

de estados nordestinos, Espírito Santo e Minas Gerais em um primeiro momento” (ALBUQUERQUE, 2017)

Esses fatos relatados cronologicamente, tentando ao máximo aproximar alguns elementos da história local do município às grandes narrativas (América Portuguesa, agromanufatura açucareira, escravidão, Império Russo, Pogroms, antissemitismo, cangaço, migração) demonstra que existem inúmeras possibilidades de se trabalhar a história local, a partir da memória, com pontos distintos da matéria de história ao longo do programa do Ensino Médio. Isso desperta o interesse do aluno na medida em que ele pode perceber os agentes sociais ou grupos de determinado assunto circulando em um espaço próximo a eles.

Por fim, discordando de Manoel Simões, considero que, antes mesmo da criação do distrito de Engenheiro Neiva, já estava em curso a criação de elementos que foram utilizados com o propósito político de criar uma unidade entre àquelas pessoas (SIMÕES, 2006). Agora veremos a importância política de memórias como a escrita por Cardoso e outros elementos para forjar uma identidade.

2.4.2) Nação e nacionalismo

Eric Hobsbawm inicia o seu livro *Nações e Nacionalismo desde 1780* fazendo uma suposição, de que se um historiador intergaláctico pousasse na terra após uma guerra nuclear e o planeta estivesse morto, ele só entenderia o que aconteceu nos últimos duzentos anos após entender o conceito de nação e o que dele deriva, o nacionalismo (HOBSBAWM, 1990).

Para entendermos o que está por trás dos instrumentos utilizados pelo governo e outros atores sociais a fim de conferir união e identidade a um grupo de pessoas, a princípio diferentes, precisamos analisar o caso de Nilópolis sob a ótica desses dois conceitos. Mas antes, vamos ver o primeiro uso deles aplicado ao caso brasileiro e, posteriormente, veremos como esse processo ocorreu no nosso estudo de caso.

Em *Linhagens do Estado Absolutista*, Perry Anderson, diz que a ideia de nacionalismo não existia nas monarquias que nós hoje chamamos de “absolutistas”. Isso porque essa ideia tem início na Revolução Francesa. Ela ganha força durante o século XIX e vai se consolidando ao longo do XX. Segundo uma linha de pensamento chamada de “modernistas”, foram os Estados modernos que criaram os nacionalismos e a partir daí originou-se as nações, como veremos mais adiante.

Nesse sentido, o nacionalismo pode unir povos, como foi o caso da unificação da Alemanha, em 1871, ou separá-los, como na independência da Irlanda, em 1918. É possível também a formação de países com fronteiras definidas, que possuem várias nações, como a Rússia e a Espanha, por exemplo.

Assim, o Estado-nação, da forma como conhecemos hoje, teve sua formação a partir da tentativa dos Estados modernos em criar uma homogeneidade entre as pessoas que o compõe, uma homogeneização linguística, cultural e étnico-racial.

Anthony Smith faz um panorama de alguns padrões interpretativos acerca desse assunto, o que ele chamou de “paradigmas”. São eles: perenialista, pós-modernista, primordialista, etno-simbolista e o já citado modernista (SMITH, 1998). Vamos nos restringir às contribuições dos paradigmas de análise pertinentes e esse estudo, o primordialista, o etno-simbolista e o modernista.

O primordialista é um instrumento de análise que tenta entender o nacionalismo a partir de elementos primordiais, que são Estado, território, linguagem, religião, história, ritos e cerimônias.

O modernista analisa como esses processos têm um forte teor político e é conduzido por elites políticas e econômicas, com o intuito de manter o grupo de pessoas que internalizam esse nacionalismo sob o seu domínio. Compartilham dessa ideia, dentre outros autores, Eric Hobsbawm e Benedict Anderson.

Se os nacionalismos são criações, portanto, são processos inteiramente artificiais. E sendo construções sociais, podem ser construídas de diversas formas, a depender dos interesses em jogo. Hobsbawm chamou essas construções de “invenção das tradições”. Vejamos esse conceito mais a fundo:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.(HOBSBAWN, 1997, p.9)

O autor ainda divide as “tradições inventadas” em três categorias sobrepostas

- a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais;
- b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade;

c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento (*ibidem*, p.17)

Como o próprio autor deixa claro, essas categorias não são mutuamente excludentes, podendo existir nesse processo nacionalismo os três, mas a legitimação de instituições e de relações de autoridade são as que nos interessa nessa pesquisa.

Já Benedict Anderson cunhou o termo “comunidades imaginadas”. Para ele a definição de nação “é [...] uma comunidade política imaginada - e imaginada como inerentemente limitada quando soberana (ANDERSON, 1991, p. 6, tradução nossa)

E essas comunidades são imaginadas, porque, “os membros da menor nação nunca conhecerão a maioria de seus companheiros, os encontrarão, ou mesmo ouvirão falar deles, mas na mente de cada um vive a imagem de sua comunhão.”⁷⁴

Ou seja, para ele, essas comunidades são imaginadas porque a maioria das pessoas que a compõe nunca vão se encontrar e terem relação direta. Teoricamente, elas apenas se imaginam como iguais. Essas pessoas têm alguns elementos em comum, mas essa coesão nacional, ela seria artificial, portanto imaginada.

Por fim, temos o paradigma etno-simbolista, corrente que o próprio Smith se coloca como um partidário.

Esse padrão de análise utiliza elementos do paradigma modernista e primordialista. Ele parte do princípio que os nacionalismos e as nações manipulam as pessoas com propósitos políticos e econômicos, mas que isso não vem do nada. Para essa dominação acontecer, ela precisa minimamente de uma base identitária anterior, a mesma do paradigma primordialista.

Por isso, Smith é um crítico da análise de Hobsbawm, pois, para ele, o conceito de Hobsbawm não dá conta de explicar a complexidade desse processo.

Smith não nega a existência de invenções de tradições, mas pra ele, essas invenções só tiveram espaço entre as pessoas porque eles já se baseavam em tradições e elementos que vieram anteriormente a essas construções, despertando o interesse desse grupo por esses mitos.

O outro modernista, Benedict Anderson, também foi criticado por Smith. Isso porque o seu conceito de comunidade imaginada pode sugerir uma ilusão, algo desprendido da

⁷⁴ *Ibidem*, tradução nossa.

realidade. No entanto, para as pessoas que compõe uma sociedade, uma nação não é só imaginada, mas vivida e sentida de fato.

Outro crítico de Anderson é o medievalista Patrick Geary. O autor não nega o caráter político que existe na construção dos nacionalismos, se referindo a eles como “uma invenção cínica e recente de políticos e empresários”, mas ele faz uma ponderação:

[...] seria absurdo sugerir que, pelo fato de essas comunidades serem em certo sentido ‘imaginadas’, elas devam ser descartadas ou trivializadas, ou deduzir que ‘de certa forma imaginadas’ seja sinônimo de ‘imaginárias’ ou ‘insignificantes’. Mesmo que as formas específicas de Estados-nações de base étnica dos dias de hoje tenham de fato sido geradas pela imaginação de românticos e nacionalistas do século XIX, isso não significa que outras formas de nações imaginadas não tenham existido no passado - formas tão poderosas como as do mundo moderno, mesmo que muito diferentes. Acadêmicos, políticos e poetas do século XIX não inventaram o passado do nada. Eles se basearam em tradições, fontes escritas, lendas e crenças preexistentes, mesmo que as tenham usado de novas maneiras para forjar unidade ou autonomia política. Além disso, mesmo que essas comunidades sejam em certo sentido imaginadas, elas são bem reais e muito poderosas: todos os fenômenos históricos importantes são de certa forma psicológicos, e os fenômenos mentais - do extremismo religioso à ideologia política - provavelmente mataram mais gente do que qualquer outra coisa, com exceção da peste negra. (GEARY, 2005, p. 28-29)

Agora vamos pensar essas ideias primeiramente com o caso do Brasil Império, que foi a primeira vez que essas discussões foram colocadas em pauta. Com isso poderemos ter alguns referenciais para a discussão dessas ideias em um período posterior, o processo de emancipação de Nilópolis, que é o que nos interessa.

No caso do Brasil, como pontuei no início desse capítulo, a ideia de Brasil e brasileiro começa a ser construída por iniciativa do governo, no século XIX, atuando em várias frentes, de diversas naturezas, todas durante a regência conservadora de Araújo Lima.

Consonante ao projeto de centralização política desse governo, foram criados em 1837 o Colégio Pedro II, para a formação intelectual das elites políticas. Em 1838, o Arquivo Público do Império, para preservação de documentos da administração pública e em 1839, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para a publicação de documentos da história do Brasil.

Em 1840, o IHGB organizou um concurso destinado a premiar o melhor trabalho sobre história do Brasil. O vencedor foi o alemão Carl von Martius com uma obra intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*.

Em seu trabalho, ele conta que a que a história do Brasil era a história do encontro do índio americano com o branco europeu e o negro africano. Esse trabalho idealizou um

passado com fins políticos, suprimindo as relações de conflito entre os agentes sociais dessas etnias.

É nesse período que José de Alencar, membro do partido conservador e um dos autores do romantismo, escreveu livros de caráter indianista, enfatizando as supostas relações amistosas entre o branco português e o índio. Como em *O Guarani*, de 1857. Ambientada no século XVII, a história narra uma relação entre Peri, um índio corajoso e valente e Ceci, uma mulher branca. Já em *Iracema*, de 1865, a criação é ambientada no Ceará do século XVII. Nela, o colonizador português Martim Soares Moreno se relaciona com a personagem fictícia Iracema. A ideia da relação entre esses personagens é a ideia de um passado nacional.

Em ambas as histórias os índios são mais ideais do que reais. Os índios reais, em grande parte, entravam em confronto com os portugueses. O romantismo foi um componente muito importante para veiculação dessas ideias. Esse diálogo entre romantismo e nacionalismo era algo que já havia acontecido na Europa com o seu passado medieval, na figura do cavaleiro glorioso e do camponês feliz.

Contando com o mesmo teor político, Alencar também se dedicou a uma produção de caráter regionalista como *O Gaúcho*, de 1870, ambientado nos pampas gaúchos na década de 1830, *Til*, de 1871, ambientado no interior paulista, em 1846, *O Tronco do Ipê*, de 1871, ambientado no interior fluminense, em 1850 e *O Sertanejo*, de 1875, ambientado no sertão do Ceará durante o século XVIII.

Esse tipo de literatura idealizou regiões distintas do Brasil, tentando fazer com que os leitores, ao conhecer essas outras regiões, costumes e arquétipos se sintam sensibilizados e passem a ver essas regiões como parte integrante do seu país.

Ainda no campo da literatura, Gonçalves Dias em *Canção do Exílio*, de 1843, atuou em uma construção identitária a partir da celebração de uma natureza exuberante em comum com os habitantes do Brasil.

E que elementos são mobiliados para sedimentar os processos identitários no nosso estudo de caso? Todos aqueles que o Bloco Progresso de Nilópolis utilizou.

A Criação de símbolos próprios, como a bandeira, a criação de heróis locais como o engenheiro Paulo de Frontin, monumentalizado na forma de busto e Nilo Peçanha para dar nome ao povoado. Celebrações em torno de todos os acontecimentos e benfeitorias promovidas por eles.

Primeiramente, temos que lembrar que o nacionalismo, como tantos outros conceitos, não tem uma definição. Ele pode ser um projeto elaborados pelos mais variados grupos. O seu teor é dado pelos grupos que se apropriam dele.

Anthony Smith discorre sobre alguns elementos que são determinantes nas definições de nação. Alguns deles fornecem subsídios para pensarmos o caso de Nilópolis, a saber: território, linguagem, religião, história e ritos e cerimônias.

Começando pelo caso do território, Quando Engenheiro Neiva deixa de ser uma localidade pertencente ao distrito de São João, para ser um distrito de Nova Iguaçu, seus limites são bem estabelecidos em todas as suas fronteiras continuando com elas quando o município se emancipa em definitivo.

Assim, no período colonial não existia Nilópolis, como dissemos no início desse capítulo, mas existe por parte de Cardoso uma tentativa de estabelecer uma genealogia com a fazenda de São Matheus a partir dos antigos territórios ocupados por essa fazenda ao que seria Nilópolis hoje.

No que diz respeito a linguagem não há o que acrescentar, porque mesmo os judeus que vieram para Nilópolis aprenderam o português, então isso não alterou a forma como as pessoas se identificavam a partir de uma mesma língua.

Em relação à religião, logo no início do povoamento ela foi um elemento de coesão social, principalmente por causa da festa de São Matheus, realizada pela primeira vez em 21 de setembro 1914 (CARDOSO, 1938), antes mesmo das ações do Bloco Progresso. Religião é um elemento identitário básico antes do advento dos Estados nacionais.

Já em relação à história, trata-se da escrita da história oficial do lugar. O que Von Martius fez em relação ao Brasil, Ernesto Cardoso fez para Nilópolis. Seu livro de memórias está repleto de adjetivos engrandecedores para qualificar Nilópolis e as elites políticas retratadas por ele ao logo de sua obra.

É atribuída ao ensaísta e crítico literário inglês Samuel Johnson, que viveu na primeira metade do século XVIII, a seguinte frase: “o patriotismo é o último refúgio dos canalhas”. O autor, assim, criticava não o patriotismo, o amor à terra dos pais, mas sim quem, mas quem se escondia atrás dessa ideia com intenções menos nobres.

Agora vejamos uma página do jornal *Vida Doméstica*:



Imagem 9 – Página 18 do jornal *Vida Doméstica*, agosto de 1921

No centro está escrito o seguinte “(...) prestamos justa homenagem a um grupo de decididos patriotas que, por seus esforços e energias, dotaram o Brasil com mais uma cidade, a florescente Nilopolis, fundada no Estado do Rio de Janeiro”⁷⁵ (*Vida Doméstica*, agosto de 1921)

⁷⁵ *Vida Doméstica*, agosto de 1921, p. 18.

O adjetivo patriota é muito recorrente na narrativa tanto do livro de Cardoso como na imprensa para se referir às figuras tidas como os heróis de Nilópolis. Geary ao concordar até certo ponto com o paradigma modernista, assim explica esse tipo de situação: “muitas tradições antiqüíssimas”, das identidades nacionais às *plaids* escocesas, não passam de uma invenção cínica e recente de políticos e empresários” (GEARY, 2005, p. 28)

No que tange os ritos e cerimônias, esse elemento é o mais presente na formação de Nilópolis. Em todas as ocasiões, inclusive as não mencionadas nesse trabalho, nenhuma reunião acontecia em um gabinete a portas fechadas. Todas aconteciam em caráter festivo, com direito a salves, banda musical e fartas refeições.

Para esse trabalho considero o etno-simbolismo como o instrumento de análise mais adequado, pois, por mais inventadas que sejam as tradições, para retomarmos a expressão de Hobsbawm, elas precisam fazer sentido para pessoas que ela tenta agrupar. E no caso da formação de Nilópolis, a construção do mito de Nilo Peçanha foi usada muito fortemente, se baseando, como disse anteriormente, em uma falsa visão de compromisso social.

Embora a maiorias dos jornais reforçasse o caráter mítico do homenageado, isso não foi uma unanimidade editorial:

(...) Ao Sr. Nilo Peçanha, patrono da localidade, foi expedido um telegramma de congratulações pela data festiva e de agradecimento pelos serviços que lhe tem prestado, sendo o seu nome muito aclamado pelos sacrificados e ludibriados membros do Blóco.

Porque é preciso que se diga a verdade: o Sr. Nilo nada, absolutamente nada tem feito pela futura cidade, onde foi apenas uma vez, para ser obsequiado com um esplendido banquete, fazer discursos de legua e meia cheios de promessas que nunca cumpriu e nem ao menos com a sua autoridade de membro do Governo da União influir para que a agua seja para alli canalizada e desobstruido o rio que prejudica a salubridade local.

E' a esse homem a quem os esforçados membros do Bloco conferem a distincção de seu presidente de honra bem feitor, protector e não se sabe o que mais da Nilopolis que não lhe deve favor nem serviço nenhum.⁷⁶

⁷⁶ *A Política*, 14 de junho de 1918, p.9.

4) Capítulo 3: Sobre o produto educacional

4.1) Contexto das aulas

As aulas que deram origem a esse guia foram todas ministradas durante o ano de 2020, de forma remota, como medida de segurança para diminuir os casos de COVID-19 no estado do Rio de Janeiro, uma prática comum na pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2).

Para o ensino remoto emergencial, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, SEEDUC, rede de ensino em que atuo, assinou o pacote G Suite do Google (conjunto de ferramentas *on line* da empresa). O principal recurso desse pacote foi o *Google Classroom*.

Nesse ambiente virtual, os professores de uma mesma turma poderiam interagir entre si ou com os alunos, ou mesmo os alunos entre eles. Nele os professores poderiam postar textos, vídeos ou áudios referentes ao conteúdo relacionado. Essas postagens eram consideradas aulas ministradas e, conseqüentemente, dias de trabalho para o professor. No meu caso, por trabalhar dois dias no colégio até o início da quarentena (dia 13/03/2020) eu reservava um dia para ministrar aula ao vivo (*live*) pelo Google Meet (outro recurso oferecido pelo pacote G Suite) e no outro dia eu postava um texto de alguns parágrafos, da minha autoria. Além de uma terceira postagem na véspera de cada aula ao vivo para mantê-los ativos na minha disciplina e lembrá-los da aula, do seu horário e do código da sala.

Dessa forma, minha atividade semanal no *Google Classroom* ficou assim:

- 4ª feira- chamada para as aulas ao vivo, antecipando algumas vezes o assunto dela e construindo as problematizações relativas a ela.
- 5ª feira- aula ao vivo
- 6ª feira- postagem resumindo alguns pontos vistos na aula daquela semana. Eventualmente eu deixava questões discursivas para os alunos resolverem.

Esse período de aulas criou dois problemas para os alunos, um de natureza emocional e outro de natureza material.

Por conta das mortes de conhecidos seus provocadas pela COVID-19 e o isolamento social recomendado pelas autoridades de saúde os alunos estavam mais fragilizados emocionalmente.

Do ponto de vista material, para assistir as aulas ao vivo, o aluno deveria ter computador ou celular com internet *wi-fi* e ter esses recursos disponíveis no horário da aula.

Alguns alunos têm irmãos também assistindo aula remota ou responsável trabalhando em home office.

Por esses dois motivos eu comuniquei nas postagens do Google Classroom que não reprovaria por frequência ou média nenhum aluno. Assim, só assistiram as minhas aulas alunos que desejavam isso ou que tivessem algum receio que eu voltasse atrás na minha decisão.

4.2) As aulas

A aulas ministradas por mim aconteciam de forma expositiva dialógica com duração média de 1:40h para alunos de 6 turmas de 3ª série. Muitos desses alunos foram meus também na 1ª série, já estavam acostumados com a minha ideia de aula. No ensino presencial, eu escrevo os tópicos da matéria no quadro e os explico, pedindo para que façam anotações.

Nas aulas remotas eu postava um arquivo com os tópicos dos conteúdos bimestrais para que eles lessem antes e copiassem no caderno, caso desejassem.

A interação deles na aula foi constante ao longo do ano. Os alunos que participavam eram os mesmos em todas elas. Todos permaneciam com a câmera desligada ao longo da aula e para responder o que eu perguntava em aula, respondiam mais pelo chat do que ligando o microfone para falar.

A evasão foi um problema já esperado ao longo das aulas. A média de alunos foi de 19 alunos. A quantidade mínima de alunos presentes em uma aula foi de 12 e a máxima de 39, quando a direção do colégio pressionou os alunos para que eles participassem de forma mais ativa no *Google Classroom* em todas as disciplinas, sob pena de ficarem reprovados.

4.3) Aplicação prática

As aulas específicas sobre esse guia aconteceram em 3 encontros. No primeiro deles eu apresentei de forma panorâmica as características e diferenças entre História e memória, bem como os conceitos correlatos à Memória.

Na segunda aula, iniciei alguns exercícios com eles que se estenderam durante todo o segundo encontro. Eu apresentei para os alunos trechos de narrativas historiográficas e memorialísticas e pedi para que eles dissessem oralmente qual era o quê.

E por fim, na terceira aula, eu continuei resolvendo os exercícios e expliquei para eles, com base no conceito de memória a controvérsia em torno de como ocorreu a ditadura militar brasileira. Eu optei por resolver os exercícios no horário da aula porque, para casa, os alunos poderiam não fazer.

5) Conclusão

A temática trazida por mim para discussão em sala de aula, a memória, como defendemos desde o início, pode ter uma potencialidade didática muito proveitosa. Com base no discutido até aqui é possível inferir o lugar que a memória ocupa no ensino de história atualmente. No caso desse trabalho ela foi usada para articular a história local às grandes narrativas da disciplina em sala de aula, por vezes tão distante dos alunos.

Compreender o conceito de memória, como acontece a sua produção e distingui-la da história, proporciona aos alunos um arcabouço teórico capaz de repudiar uma das memórias mais nocivas que existe atualmente: a defesa da ditadura militar.

Discutir esse tema com os alunos de forma estritamente factual não dá conta da sua complexidade. Por mais que se traga ao conhecimento deles uma grande quantidade de informações e acontecimentos sobre o período, sempre existirão lacunas que, na percepção do aluno, podem ser questionadas por uma possível legitimidade das ações do governo ditatorial.

O intuito do produto educacional é tonar os alunos críticos em relação à produção de discursos memorialísticos, de modo que eles consigam perceber que os argumentos de memória não conseguem, por sua natureza, se igualar ao patamar dos de história. Esses últimos, por sua vez, como vimos no capítulo 1, apesar de não se constituírem como verdades absolutas são os únicos com capacidade heurística.

Por outro lado, essa linha de trabalho está de acordo com os Parâmetros curriculares nacionais (PCNs), pois segundo esses:

Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente.

e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço.

Nesse sentido, a proposta para os estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais, classificando-os como mais “evoluídos” ou “atrasados”.⁷⁷

Segundo Bittencourt, trabalhar história local com as suas respectivas memórias permite não só que o estudante identifique as suas experiências pessoais ou as do seu grupo de

⁷⁷ BRASIL, 1997, p. 52

pertencimento como estabelece formas de resistência aos processos de padronização culturais impostos pela globalização (CAIMI, 2013).

Esse trabalho, pelo que foi trazido no capítulo 2, demonstra que ele esteve longe de encerrar essas articulações entre a história local, de Nilópolis, e os conteúdos escolares de história. Uma série de questões e assuntos relacionados aos conteúdos do Ensino Médio não foram contemplados no seu uso com os alunos.

O uso da memória no ensino de história ao longo do tempo teve diferentes propósitos, sempre de acordo com as tentativas dos governos em se criar uma identidade. Isso porque cabe ao Estado o monopólio dos currículos escolares.

Mas com as transformações na sociedade, a crise dos modelos identitários advindos com o final dos anos 80 somadas às críticas que se fizeram às propostas educacionais que trabalhavam uma identidade nacional em épocas anteriores, emergiu um novo pensamento que embasasse a discussão sobre identidade e memória no ensino de história atual, valorizando a diversidade cultural e regional.

A afirmação de uma identidade regional, como foi discutida ao largo desse trabalho, não exclui de modo algum a identidade nacional. Esse novo entendimento valoriza a diversidade étnica, social e cultural em detrimento da homogeneidade.

Mas o que foi essa crise dos modelos identitários de fins dos anos 80? Para respondermos a essa pergunta e entendermos as implicações dela para discussão de memória no ensino de história na atualidade, se faz necessário uma pequena digressão acerca do pensamento de François Hartog, autor do conceito de “regimes de historicidades”.

Esse autor considera em suas pesquisas que a história do homem se subdivide em três desses regimes, o passadismo, o futurismo e o presentismo, nessa ordem de surgimento, sem haver necessariamente a extinção do anterior para o surgimento do próximo.

Um regime de historicidade é uma forma de relação da sociedade com o tempo em que ela vive, podendo essa sociedade conferir maior ênfase ao passado, ao presente ou futuro, se esse regime for passadista, presentista ou futurista.

Na Antiguidade, o regime de historicidade era passadista, ou seja, focado no passado. A concepção de história ciceroniana expressa em *Do Orador*, em 46 a.C, sintetiza esse regime: “Testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida,

mensageira do passado.” (CÉZAR, 2014). Ou seja, a história teria um caráter pedagógico, buscando no passado grandes exemplos para o presente.

Esse pensamento perdura até a Idade Moderna. Durante o renascimento, Maquiavel defendia que o príncipe deveria não só conhecer os eventos do passado, mas também seguir esses exemplos.

O regime futurista surge na época Revolução Francesa. Nele a história passa a ser teleológica. O presente inevitavelmente caminhará para um estágio superior ao anterior, uma evolução.

Vejamos como dois grandes expoentes de espectros ideológicos opostos pensam esse assunto.

Segundo o idealista Hegel:

Em geral se aconselha a governantes, estadistas e povos a aprenderem a partir das experiências da história. Mas o que a experiência e a história ensinam é que os povos e governos até agora jamais aprenderam a partir da história, muito menos agiram segundo as suas lições. Cada época tem suas próprias condições e está em uma situação individual; as decisões devem e podem ser tomadas apenas na própria época, de acordo com ela. (HEGEL, 1990, p. 49-50)

Já o materialista Marx:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. (MARX, 2011, p. 25)

Por fim, o presentismo é o regime que citei como o relacionado à crise dos modelos identitários de fins dos anos 80 e o que vivenciamos atualmente. Isso porque com a queda do muro de Berlim, o colapso da União Soviética e, conseqüentemente, o fim do socialismo real, o capitalismo se estabeleceu como sistema hegemônico, sufocando a última das ideologias e alternativas políticas a ele. Com isso, houve uma tendência das pessoas de se tornarem descrentes de um futuro promissor, como defendia o futurismo.

Desdobrando-se em vários aspectos na nossa sociedade, o que nos interessa para efeito para essa análise é a fragmentação das identidades em resistência ao processo de homogeneização imposto pela globalização.

Identificado essas três tipologias, voltemos ao nosso estudo de caso.

O discurso adotado de forma geral pela imprensa fluminense e pelo Bloco Progresso de Nilópolis se constituem como futurista. Cronologicamente analisando, o surgimento de Nilópolis aconteceu no período de voga desse regime e os relatos confirmam essa tendência, de que as pessoas se referiam à localidade de forma promissora.

Mas as memórias criadas agora são atreladas ao presentismo. Dessa forma, essas memórias não devem ser glorificadas, mas compreendidas em seus próprios termos. O trabalho do professor de história é também fazer os alunos pensarem na possibilidade de construção de novas memórias, novos lugares de memória, que estejam em sintonia com os marcos sociais do presente deles, que estejam de acordo com as suas demandas.

A memória, por estar atrelada ao presente de quem a evoca é dinâmica. E por isso, da mesma forma que a memória criada pelos personagens passados atendeu aos seus propósitos, outras devem ser criadas para atender as causas da população atual.

Se no futurismo as memórias e os lugares de memória foram o busto de Paulo de Frontim, um livro de mitificação do passado (o de Ernesto Cardoso), criação de heróis como Nilo Peçanha, promoção de desfiles cívicos e instrumentalização por meio das escolas, que memórias seriam adotadas atualmente?

O relato do ex-cangaceiro Delmiro, de origem nordestina, como o de tantas famílias que habitam o município, é uma via para discussão dessa questão. Essa memória não é um instrumento político, mas sim de, retomando o pensamento de Nietzsche do início desse trabalho, vivificação da existência dos alunos de Nilópolis, uma memória em prol da vida.

Referências

Artigos e livros

ALBUQUERQUE, Enderson Alceu Alves. De povoado a município: transformações socioeconômicas em Nilópolis. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). *Revisitando o território fluminense* VI. 1ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017, v. VI, p. 189-207.

_____. O samba e a cidade: uma análise sociopolítica no município de Nilópolis. *CaderNau – Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas*, v.7, n.1, 2014, p.130-148.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. 2a ed. London: Verso, 1991.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Arquivo Nacional. *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1906-1930)*. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/527-ministerio-da-agricultura-industria-e-comercio-1906-1930>. Acesso em: 18 jun. 2021.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. Niterói urbano: a construção do espaço da cidade. In: KNAUSS, Paulo; MARTINS, Ismênia de Lima (Org.). *Cidade múltipla: temas de historia de Niterói*. Niterói: Niterói Livros, 1997. p. 19-72.

BEZERRA, Luiz Anselmo. *A família Beija-Flor*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

_____. *As transformações nas redes de financiamento das grandes escolas de samba do rio de janeiro (1984-2015)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. São Paulo/Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

CAIMI, Flavia. Cultura, memória e identidade: o ensino de história e a construção de sistemas identitários. In: SILVA, Cristiani Bereta da e ZAMBONI, Ernesta. *Ensino de história, memória e culturas*. Curitiba: Editora CRV, 2013.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Rio de Janeiro, n. 2, 1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em: 16 jun. 2021

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.49.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998 (adaptado)

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. Negacionismo do holocausto. (Artigo). In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-do-holocausto/>. Publicado em: 7 out. 2014. ISSN: 2674-5917. Acesso em: 01 out. 2020.

CÉZAR, Temístocles Américo Correa. O sentido de ensinar história nos regimes antigo e moderno de historicidade. In MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). *Ensino de história: usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

CÔRTE, Andréa Telo da. *Os judeus em Niterói: imigração, cidade e memória. 1910-1980*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

DELLA FONTE, Sandra Soares; LOUREIRO, Robson. Revisionismo histórico e o pós-moderno: indícios de um encontro inusitado. *Impulso* (Piracicaba), v. 20, p. 85-95, 2010.

DIAS, Ana Carolina da Silva Galvão. *Uma proposição didática de inclusão da história local no currículo de história no Ensino Médio*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

FANTA, Daniel. *A neutralidade valorativa: a posição de Max Weber no debate sobre os juízos de valor*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

FLAMARION, Ciro Cardoso. As concepções acerca do “sistema econômico mundial”, e do “antigo sistema colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração do excedente”. In: José Roberto do A. Lapa (org). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis. Vozes, 1980.

FOUCAULT, Michel. [As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas]. Tradução de Salma Tannus Muchail para Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines, 1966. São Paulo: Martins Fontes; 2000.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Editora Record, 1998.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790 fi c.1840*. Editora Record, 2001.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Companhia das Letras, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 21ª ed. São Paulo, Nacional, 1986 (1959).

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

GUZZELLI, Dante Guimaraens. O dever de memória e o historiador: uma análise de dois casos brasileiros. *Mosaico* (Rio de Janeiro), v. 4, p. 3, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vertice, 1990.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história*. São Paulo, Centauro, 2004.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terrence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

IANNI, Octavio. A política populista. In *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IBGE. *Panorama Nilópolis*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nilopolis/panorama>. Acesso em: 15 abr. 2020.

INEPAC, Histórico dos municípios. Disponível em <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/NovaIguacu.pdf>. Acesso em 18 de jun. de 2021.

KANT, Immanuel. (2005). *Textos seletos* (Raimundo V. e Floriano F., Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1956).

KODAMA, Kaori. XVI simpósio nacional de História. *Geografia da cólera: a corte e seus arredores durante a epidemia de 1855*. 2011

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO, Demian Bezerra de. *Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas*. Marx e Marxismo - Revista do NIEP Marx, v. 1, p. 49-74, 2013.

MONTEIRO, Ana Maria e PENNA, F. de A. Ensino de história: saberes em lugar de fronteira. *Revista Educação & Realidade*. Vol. 36, n1, jan/abr 2012 (191-211)

MORAIS, Ronaldo. *Vítimas da inquisição no Rio de Janeiro*. 2016.

MOTTA, Márcia. História, memória e tempo presente. In: Ciro Flamarion Santana Cardoso, Ronaldo Vainfas. (Org.). *Novos Domínios da História*. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, v. 1, p. 21-36.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasil, 2009. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

NASCIMENTO, Marlene. *Revolução de 30 na terra da laranja: uma leitura a partir do Correio da Lavoura*. Monografia (graduação em História) – Instituto Multidisciplinar, Departamento de História e Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____ ; DE MORAES BARROS, Fernando. Sobre verdade e mentira no sentido extramoral. Hedra, 2007.

NOGUEIRA, Marcus Antônio Monteiro. *Memorial nilopolitano – Tomo 1*. Nilópolis. 2009.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v.10, p.7-28, 1993.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: O Cemitério Dos Pretos Novos No Rio De Janeiro*. 1ª. ed. Rio Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Garamond, 2007. 204p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *In: Estudos Históricos*, Vol 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. *In: Estudos Históricos*, n. 10, 1992, p 200-215.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. FERREIRA, Marieta; Amado, JANAÍNA. *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.103-130.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 21ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989 (1942).

RAPOSO, Fernanda Capri. Nilópolis Judaica: De cidade imaginada à tradição inventada. *Revista Periferia*. n. 1, v. 6, p. 27-38, 2014.

RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. 12ª ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

RIBEIRO, Paula. *Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980)*. 2008. Tese (História Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, H. E. . *Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores*. *Revista Brasileira de História (Impresso)*, v. 29, p. 165-186, 2009.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Prefácio. *Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015*. 1ed. Brasília: IBRAM, 2017, v. 1, p. 17-19.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Ed Unesp, 2005.

SILVA, Bruno Barros. *Da autobiografia ao jogo: o ensino das relações étnico-raciais a partir das experiências de Mahommah Gardo Baquaqua*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SMITH, Anthony D. *Nationalism and modernism: a critical survey of recent theories of nations and nationalism*. Londres: Routledge, 1998.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *E os pomos eram de ouro: a importância da citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileiras nas décadas de 1920 a 1940*. 2015. 58 f. Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015. p. 21.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio (org.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

TORRES, Gênesis Pereira. A Saga dos Sefaraditas: cristãos-novos na baixada fluminense (século xvii e xviii). *In Revista Pilares da História*. Ano 1, número 1. Dezembro de 2002.

VOLFZON, Dayse. *Grande Templo Israelita do Rio de Janeiro: estudos e reflexões*. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. *In: O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1967].

Fontes primárias

Documentos oficiais

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Currículo Mínimo de História. Rio de Janeiro: SEEDUC, 2012.

Relatório do Ministério da Agricultura de 1938. Exportação das substâncias alimentícias, p. 14.

Memórias

ARAÚJO, Raimundo. *Figuras e fatos de Nilópolis*. Rio de Janeiro: Revista Continente Editora, 1964.

AZEVEDO, Jorge Batista de; NOGUEIRA, Marcus Antônio Monteiro. *Inventário dos Bens Culturais de Nilópolis – Arquitetura e Paisagens Culturais*. Nilópolis. 2012.

CARDOSO, Ernesto. *Nilópolis de Hontem e de Hoje*. Nilópolis: L. & J. Berkowitz, 1938.

LONDON, Esther. *Vivência judaica em Nilópolis*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1999.

Periódicos

Renascença Fluminense O Iguassú, o seu presente e o seu porvir – Notas à margem d’uma gestão proveitosa. (CORRESPONDENCIA AO “A. B. C.”). *A.B.C. : Política, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, 10 de fev. de 1917, p.21. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830267&pasta=ano%20191&pesq=%20quantia%20de%2040\\$%20mensaes%22&pagfis=1284](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830267&pasta=ano%20191&pesq=%20quantia%20de%2040$%20mensaes%22&pagfis=1284). Acesso em: 2 de ago. de 2021.

Nilopolis applaude a candidatura nacional. *A Epoca*, Rio de Janeiro, 14 de fev. de 1919, p.1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720100&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=19368>. Acesso em: 5 de ago. de 2021.

O Sr. Nilo Peçanha visita em S. Matheus uma fabrica de grafite. *A Noite*, Rio de Janeiro, 27 de ago. de 1916, p. 3. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_01&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=9139. Acesso em: 4 de ago. de 2021.

O conflito de S. Matheus. A confusão havida com a estação de Engenheiro Neiva. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 29-30 de ago. de 1916, p. 3. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830380&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=24854>. Acesso em: 3 de ago. de 2021.

AS EXPLOSÕES DOS ODIOS POLITICO NO ETADO DO RIO Num almoço, na presença do Dr. Nilo Peç nha, desenrolam-se scenas deploráveis! Conflictos e ferimentos. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 28-29 de ago. de 1916 p.2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830380&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=24849>. Acesso em: 4 de ago. de 2021.

Nilopolis. *A Razão*, Rio de Janeiro, 29 de set. de 1917, p. 6. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=129054&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=2380>. Acesso em: 2 de ago. de 2021.

O dr. Nilo Peçanha em Iguassú. *A Rua*, Rio de Janeiro, 27 de ago. de 1916, p. 2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=236403&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=3094>. Acesso em: 4 de ago. de 2021.

Recebedoria da Capital federal. *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, edição única de 1901, p.128. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&Pesq=%22Victor%20Ribeiro%20de%20Faria%20Braga%22&pagfis=19711>. Acesso em: 3 de ago. de 2021.

Recebedoria da Capital federal. *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, edição única de 1902, p. 127. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&Pesq=%22Victor%20Ribeiro%20de%20Faria%20Braga%22&pagfis=21440>. Acesso em: 5 de ago. de 2021.

Parte V. Indicador nominal dos principaes habitantes, negociantes, industriaes e profissionais do Districto Federal. *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, 1910, p. 1725. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pesq=%22Adolpho%20Gomes%20de%20Albuquerque%22&pagfis=42168>. Acesso em: 3 de ago. de 2021.

NO ESTADO DO RIO. A Villa de S. Matheus inaugura solennemente a sua bandeira. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 de jun. de 1916, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=28323. Acesso em: 2 de ago. de 2021.

ESTADO DO RIO. As necessidades do municipio de Iguassu'. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de jul. de 1916, p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=28685. Acesso em: 2 de ago. de 2021.

O historico de Nilopolis num livro interessante. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 26 de mai. de 1938, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_02&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=34766. Acesso em: 1 de ago. de 2021.

REVELANDO O BRASIL AOS BRASILEIROS. *Eu Sei Tudo*, Rio de Janeiro, 34º Ano, Nº 2, jul. de 1950, p. 67. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=164380&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=44980>. Acesso em: 1 de ago. de 2021.

FORTE, José Matoso Maia. Relação do Marquez de Lavradio (parte 2ª) Tomo LXXVI - Parte I. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, número 127, p. 285-361. 1913. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsSWtwR3FtRUVObHM/view?resourcekey=0-s7fgxGEy_VU2NAvF6KimCA. Acesso em: 1 de ago. de 2021.

Engenheiro Neiva. O presidente da Camara de Iguassú visita o local. *Gazeta de Notícias*, 4 de jul. de 1916, p.5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22Engenheiro%20Neiva%22&pagfis=38326. Acesso em: 2 de ago. de 2021.

Num almoço politico o Sr. Nilo Peçanha assiste á explosão de odios de seus correligionários. Seguiu para Iguassú o delegado auxiliar. Consta que se deram diversas mortes. *Gazeta de Notícias*, 29 de ago. de 1916, p.4. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22Engenheiro%20Neiva%22&pagfis=38821. Acesso em: 4 de ago. de 2021.

Politica fluminense. Um grande “meeting” em Nilopolis. *Gazeta de Notícias*, 13 de jan. de 1919, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22Engenheiro%20Neiva%22&pagfis=45903. Acesso em: 5 de ago. de 2021.

Vida Social. Aniversarios. *Gazeta Suburbana*, 8 de set. de 1920, p.8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830364&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=718>. Acesso em: 3 de ago. de 2021.

Beija Flor. Uma apresentação antológica. Desfile da escola azul e branco de Nilópolis só faltou levar a chuva até a Sapucaí. *Jornal do Brasil*, 25 de fev. de 2009, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_12&pasta=ano%20200&pesq=&pagfis=258742. Acesso em: 1 de ago. de 2021.

A' PRAÇA. *Jornal do Brasil*, 27 de jan. de 1914, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_03&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=23179. Acesso em: 3 de ago. de 2021.

Imposto de sal. *O Fluminense*, 10 de abr. de 1908, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100439_04&pasta=ano%20190&pesq=%22Victor%20Ribeiro%20de%20Faria%20Braga%22&pagfis=12182. Acesso em: 5 de ago. de 2021.

VIDA SOCIAL. *O Malho*, 9 de out. de 1915, p.22. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=30610>. Acesso em: 4 de ago. de 2021.

O Paiz, 4 de out. de 1893, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=8509. Acesso em: 1 de ago. de 2021.

BLOCO DO PROGRESSO DE NILOPOLIS. *Vida Doméstica*, ago. de 1921, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830305&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=660>. Acesso em: 5 de ago. de 2021.

Sites

ABREU, R.L. *Nilópolis*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nil%C3%B3polis>. Acesso em 1 de Ago. de 2021.

NOTÍCIAS DA CAPELA. Comunidade São Mateus - Paróquia NS da Conceição de Nilópolis. Nilópolis, 1 de nov. de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/ComunidadeSaoMateusNilopolis/photos/noticias-da-capela%C3%A9-hoje-toda-a-comunidade-esta-convocadalembre-se-aos-s%C3%A1bados-/1870523486394861/>. Acesso em 1 de Ago de 2021.

Anexo I

FOI CABRA DE LAMPIÃO

SESSENTA e dois anos de idade. Estatura mediana, franzino, cabeça excelentemente chata, de palestra franca e segura sem titubear nunca. É como encontramos pelas ruas de Nilópolis, Delmiro Juvêncio de Oliveira, cearense do Crato, que na juventude, involuntariamente, forçadamente foi cangaceiro de LAMPIÃO o famoso bandoleiro que por mais de vinte anos pois em pânico a população sertaneja do Nordeste.

— Então, seu Delmiro, o sr. Foi mesmo “cabra” de lampião, perguntamo-lhe?

— Sim, seu doutor, andei mesmo no bando de Lampião, peguei no rifle “papo amarelo”, cartucheira, punhal de meio metro participei de muitos combates. Mas isto, doutor Raimundo, sem querer, pois nunca pensei nem procurei entrar, de gosto, no cangaço. Fui pegado a força e para não morrer me vi obrigado a acompanhar o capitão Virgulino.

E Delmiro, entre entusiasmado e cauteloso, contou-nos a sua Odisséia de como entrou para o bando de Lampião. Tinha então os seus vinte e cinco anos em flor, Moço, forte, destemido, vivia como vive todo sertanejo honrado, trabalhando na agricultura. Numa tarde do ano de 1926, encontrava-se no amanho da manhã, trabalhando num roçado em plagas da Paraíba quando foi inopinadamente, cercado e prêso pelo grupo de Lampião, tendo êste, sob ameaça, incorporando-o no seu bando, dado-lhe, logo, rifle, cartucheira, punhal e chapéu de couro. Antes, interrogando-o ameaçadoramente:

— Cabra, você é do Ceará ou da Paraíba?

— Sou do Ceará, seu capitão, respondeu-lhe Delmiro.

— Tá com muita sorte, cabra, pois se fôsse da Paraíba seria agora mesmo sangrado a punhal. Mas como é logo da terra do meu padrinho, vai ficar comigo, aumentar meu pessoal.

Disse-nos Delmiro que participou de mais de dez combates com Lampião contra os “macacos do govêrno”, não sabendo, ao certo, se nesses combates tenha “mandado alguém para outro mundo”. Esteve no grupo de Lampião cêrca de três meses apenas, até que um dia Virgulino Ferreira perguntou-lhe se queria continuar no cangaço ou ir embora. Respondendo pela segunda alternativa, pois tinha família para sustentar, Lampião aquiescedeu sua vontade e ao se despedir de Delmiro, deu-lhe uma cédula de cinquenta mil réis, muito dinheiro naqueles bons tempos dos vintens...

Hoje, Delmiro Juvêncio de Oliveira é um modesto cidadão, trabalhador braçal em Nilópolis. Reside à rua Dr. Godoy, 3.081, bairro da Chatuba, sendo exemplar chefe de família, pai de moças e rapazes, uns casados e que trabalham na Guanabara.



Delmiro Juvêncio de Oliveira, falando ao autor. Foto de 1957, publicado no “A Voz dos Municípios Fluminenses”

Vivência Judaica em Nilópolis (1999)

Página 110

Meu Bar Bar Mitzvá em Nilópolis

(Depoimento)

Nasci na rua Mário Monteiro. Foi em Nilópolis que dei meus primeiros passos. Foi ali que balbuciei as primeiras palavras. Jamais poderia esquecer a terra onde nasci. O sol forte que em acordava todas as manhãs. A rua onde as carroças ainda eram realidade. Já um garotão, corria trás da carroça do “Seu Nicolau”, pedindo carona. Minha casa tinham um quintal cheio de arvores, principalmente mangueiras. Quando eu queria me esconder por ter praticado alguma traquinagem, subia numa das árvores e aí ficava quietinho. Nunca vou esquecer o doce sabor da manga espada que me deliciou com seu sabor. Nilópolis é meu berço natal e tenho saudades dos anos que vivi ali.

Porquê meus pais foram morar em Nilópolis? Meu pai contava que era de uma cidade grande da Polônia e que muito jovem resolveu abandonar sua terra natal para tentar uma vida melhor “nas Américas”. Para comprar passagem de navio, de terceira classe, a família toda ajudou. Cada um dava quantos “zlotys” podia, com esperança de retorno, multiplicado em dólares (“zlotys” – moeda polonesa).

No navio, outros jovens judeus de outras cidades polonesas já tinham lugar definido para morar por causa dos parentes que mandavam cartas. Iam para o Brasil para se radicar em Nilópolis. Lá, diziam muitos, tudo é iídiche. Quem mora em Nilópolis não sente saudades do Shtetl na polônia.

Meu pai foi morar em Nilópolis e nunca se arrependeu. De início era, como a maioria, vendedor ambulante. Mandou vir sua namorada da Polônia, casou-se e constituiu família.

Meu pai era um homem muito ativo. Além da loja da qual cuidava, era ativista social tanto no meio da coletividade judaica como na sociedade não judaica. Foi membro do Centro Israelita, da Maçonaria, do Rótary Club e de Clubes esportivos locais.

Minha casa era um lar judaico onde recebi uma educação de acordo com as convicções religiosas dos meus pais. Frequentei o Colégio Israelita S. Anski, de Nilópolis e alguns colégios locais. Quando completei 12 (doze) anos, comecei a me preparar para o Bar Mitzvá.

Ganhei dos meus pais um terno azul marinho, camisa nova, sapato preto de pelica, cueca branca e uma linda gravata. Pela primeira vez na minha vida ia vestir esse traje especial.

Também me presentearam com um TALIT (chale de orações) FILACTÉRIOS (caixinhas que têm orações embutidas e que são colocadas no braço direito e na testa) e um SIDUR novo, (Livro de rezas diárias).

Chegou o dia tão esperado por mim. Eu ia completar 13 anos. Ia entrar no mundo dos adultos. Ia poder fazer parte do “minian”.

Shabat (sábado), 1948. A Sinagoga do Centro Israelita “TIFERET ISRAEL” estava cheia de convidados que vieram para a minha festa. Quando me chamaram para subir no altar e ler a Torá, comecei a tremer da cabeça aos pés. Lembro que após terminar as rezas, recebi muitos “parabéns” e um pequena TORÁ, de presente, do “KEREN KAIEMET” (Fundo Ecológico Israelense) depois veio a festa que minha mãe preparou.

Antes da festa pronunciei um discurso em iídiche, preparado pelo professor de Bar Mitzvá com alguns acréscimos de meu pai. O discurso estava repleto de elogios para meus pais, para o povo judeu e para o recém nascido Estado de Israel. Foi também muito elogiada a terra onde nasci, Nilópolis, sua estrutura social e a liberdade política. Recebi muitos aplausos, beijos e abraços. A festa durou o dia inteiro.

O dia do Bar Mitzvá separou-me da vida de criança e colocou-me no mundo dos adultos. Mundo novo, novos deveres e obrigações. E Nilópolis? Está dentro de mim. No meu sangue judeu, no meu comportamento, na minha existência.

Página 113

Até o 120... vale a pena?

(Depoimento)

Dora e Wolf Hofstetter

Temos entre nós, judeus, o hábito de brindar momentos de alegria com a expressão “biz hindet und tvontzik” que se traduz como “até os 120 anos” ou seja, pedimos a Deus que aquele momento de alegria perdure e possamos usufruí-lo até os 120 anos.

Muitas vezes tenho refletido sobre este voto, quase automático em nossas festas.

De um lado, penso na sua importância há alguns séculos, quando a idade média não era maior do que 45/50 anos. Naqueles tempos, desejar os 120 anos era uma expressão bíblica, quase como se desejássemos a eternidade. Hoje, com todos os chips, DNAs, Viagras e com as superas que a Medicina e a Genética nos trazem a cada dia, estamos perto do dia em que desejar os 120 talvez seja uma banalidade, uma obviedade, quase uma inutilidade.

Por outro lado, penso muito no que significa viver sem objetivos, sem fazer da vida um projeto em si, carregando apenas o fardo dos anos, o corpo cansado, a degeneração dos sentidos e do corpo. Pernas que se vão, ouvidos que não ouvem, olhos cegos e mãos trêmulas muitas vezes transformam o “até 120” num voto a ser estendido mais aos inimigos do que aos que bem queremos.

Misteriosamente no entanto, todos queremos viver, e muito, e para sempre. Esta força que nos impulsiona a cada dia tem origem no ponto mais profundo de nossas almas, no

“ruach”, no sopro divino que habita nossos corações. Para viver, basta um sopro, uma doce e simples brisa, um “ruach” acima do pobre e miserável corpo, sujeito ao tempo e aso desígnios do destino.

Encontro em Nilópolis o último casal de judeus a habitar a cidade. Lá estão eles, Dora e Wolf Hofstetter, casado há mais de 60 anos, sem parentes próximos, solitários representantes de um passado que, para eles, não passa.

“Tenho 93 anos. Vim da Alemanha em 1934, com minha mãe, fugindo do nazismo em ascensão. Não foi fácil a nova vida no Brasil. Vim morar em Nilópolis por influência de uma família amiga, também refugiada da Alemanha, que se integrou rapidamente aos novos costumes. Foi muito difícil aprender a língua. Só mesmo a juventude e a necessidade vencem barreiras tão complicadas. Na Alemanha meu trabalho era burocrático, num escritório, e aqui, para sobreviver, tornei-me um cliente Itchick. As ruas enlameadas de Nilópolis, Mesquita e São João de Meriti consumiram minha juventude. Conheci minha mulher através de um conhecido e foi ela, juntando “tostão por tostão”, que nos permitiu viver dignamente. Só estou vivo porque tenho dois Deuses. Um, aquele que está no Céu, que a tudo rege, o senhor de todas as coisas e o outro, minha mulher. E não me diga que ela só pode ser uma Deusa, e não um Deus. A religião judaica jamais teve “deusas” e portanto minha mulher é o Deus de minha casa. É quem me cuida e protege dia e noite. Somente graças e ela sou ainda capaz de falar, de respirar.

Sair de Nilópolis? Nunca. Minha casa e eu somos a mesma coisa. Não saberia viver em outro lugar. Estou nesse mesmo lugar há mais de cinquenta anos, meu mundo são as ruas de Nilópolis, o sobe e desce da Mena Barreto, o céu que vejo todos os dias, o cheiro das ruas e o som que me vem já quase inaudível. As paredes de meu quarto são minhas companheiras. É com elas que converso nas noites de insônia. Quando o dia começa a despontar confiro ponto onde os primeiros raios de sol vão aparecer. Não tivemos filhos. Deus não quis, só o que me resta são lembranças, apegos, coisas que se repetem a cada dia, exatamente iguais e que exatamente por isso, me renovam o sentimento de estar vivo.

Vivo de lembranças que me atormentam e que às vezes me fazem sorrir. Chega, estou cansado, não quero mais falar. Tudo passou.”

Dora, 87 anos o “Deus” da casa, toma a palavra. Antes, cuida de colocar a sua “criatura” à salvo, deitado num velho sofá, já com os olhos semi-cerrados.

“Nasci num longínquo subúrbio de Varsóvia, na Polônia. Tive uma infância muito dura. Minha mãe morreu aos 21 anos num parto, deixando-me e a meu irmão mais novo apavorados. Meu pai casou-se novamente logo em seguida, e teve cinco outros filhos com a nova mulher. Minha madrasta fazia juz a todas histórias que cercam o nome “madrasta”. Éramos os primeiros a acordar, os últimos a comer e dormíamos one pudessemos, sem qualquer proteção. Um belo dia meu pai também desapareceu e minha madrasta nada nos disse sobre seu paradeiro. Já adolescente, fui trabalhar na cidade e só voltava para casa em Pessach e Rosh Hashaná. Numa destas festas descobri que meu pai havia emigrado, que estava numa cidade chamada Rio de Janeiro, num lugar chamado Brasil. Numa carta de meu pai encontrei seu endereço e daí até Nilópolis tudo me parece apenas um conto de fadas. Conheci meu marido, casamos e os filhos não vieram. Hoje, cuido dele como se cuidasse de mim mesmo. Quando ele dorme, choro, choro muito, as lágrimas não param de escorrer pelo rosto, sem que eu possa parar ou controlar meus sentimentos. Vivo em Nilópolis mas já não é mais Nilópolis, é apenas um lugar onde vivo no passado, nos rostos que me recordo, no ídiche que falávamos nas ruas em as casas. É como se eu também não mais existisse, como se eu fosse a Sinagoga em ruínas, os Livros destruídos pelas traças. Sou apenas uma lembrança, dos outros e de mim mesmo.”

Saio da casa e volto de Nilópolis com a expressão me rasgando cabeça: “biz hindet und tvontzik”. Sem qualquer resposta, choro muito e adormeço agoniada.